

POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Um Orçamento de Consolidação



de esperança, verdade e credibilidade



Um Orçamento
de Consolidação
de esperança, verdade
e credibilidade

Revisão Constitucional:
Leia no Suplemento
desta edição





Quarta-Feira, dia 26 de Novembro de 2003-15:00h

Discussão conjunta:

Proposta de Resolução nº45/IX (GOV)

(Aprova para Ratificação, o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da Bulgária)

Proposta de Resolução nº46/IX (GOV)

(Aprova para Ratificação, o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da República da Eslovaca)

Proposta de Resolução nº47/IX (GOV)

(Aprova para Ratificação, o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da Eslovénia)

Proposta de Resolução nº48/IX (GOV)

(Aprova para Ratificação, o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da Estónia)

Proposta de Resolução nº49/IX (GOV)

(Aprova para Ratificação, o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da Letónia)

Proposta de Resolução nº50/IX (GOV)

(Aprova para Ratificação, o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da Lituânia)

Proposta de Resolução nº51/IX (GOV)

(Aprova para Ratificação, o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da Roménia)

Quinta-Feira, dia 27 de Novembro de 2003-15:00h

Projecto de Lei nº362/IX (PSD/CDS-PP)

(Alteração ao Estatuto da Aposentação, revogação do Decreto-Lei n.º 116/85, de 19 de Abril, e alteração aos Decretos-Leis n.ºs 128/90, de 17 de Abril, e 327/85, de 8 de Agosto)

Projecto de Lei nº374/IX (BE)

(Alteração ao Estatuto da Aposentação)

Projecto de Lei nº236/IX (PS)

(Enquadramento do pessoal da Administração Pública relativo à eventualidade de desemprego)

Votações no Final do Debate

Sexta-Feira, dia 28 de Novembro de 2003-10:00h

Apreciação Parlamentar nº52/IX (PCP)

Decreto-Lei nº 104/2003, de 23 de Maio (Extingue as Comissões de Coordenação Regionais e as Direcções Regionais de Ambiente e do Ordenamento do Território e cria as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional no âmbito do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente)

Apreciação Parlamentar nº53/IX (PCP)

Decreto-Lei nº 128/2003, de 26 de Junho que altera os prazos de entrega do pagamento especial por conta de 2003)

Petições:

Petição nº 8/IX/1ª (Manuel Lopes Marques de Agonia)

(Fim do pagamento das taxas de estacionamento nos parques situados junto dos hospitais)

Petição nº 39/IX/1ª (Pedro Choi de Amélia Cordeiro)

(Necessidade imperiosa de regulamentação das profissões ligadas às medicinas não convencionais)

Petição nº 62/VIII/2ª (Pedro Manuel da Silva Mogário e Outros)

(Solicitam a apreciação em Plenário da manutenção em funcionamento da extensão de saúde de Cruz de Pau-Amora)

Petição nº 87/VII/3ª (Sindicato Nacional Dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações)

(Pretendem que sejam tomadas medidas tendentes a obrigar o Estado a assumir as suas responsabilidades perante o défice do fundo de pensões dos CTT ou o regresso dos trabalhadores CTT à Caixa Geral de Aposentações)

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério da Defesa Nacional e Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre serviço militar – Adiamento das provas de classificação e selecção para os portugueses residentes no estrangeiro

Dep Carlos Alberto Gonçalves

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas e ao Ministério da Ciência e Ensino Superior

Sobre o apoio à concessão de bolsas de estudo

Dep Eduardo Neves Moreira

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas

Sobre a credibilidade do Conselho das Comunidades Portuguesas

Dep Eduardo Neves Moreira

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Sobre o alargamento e beneficiação do Sub-Lanço da A 3 (Maia-Santo Tirso-Trofa)

Rotunda da Portagem de Santo Tirso – Trofa

Dep Abílio Almeida Costa

Requerimento ao Ministério da Cultura

Sobre o pedido de cópias de toda a documentação relativa ao processo de remodelação do Teatro – Circo de Braga

Dep(s) Goreti Machado e outros

Observatório de Imprensa

Comunidades e soberania (II)

Daí que se sustente que o Presidente do futuro Conselho Europeu deve ser eleito segundo a regra, “um país, um voto”.

Vasco Graça Moura, Diário de Notícias, 19/11/03

Guerra à Portuguesa

É também de louco pretender que menos de 130 homens possam zelar por 14 jornalistas (ou seja: mais de um décimo dos soldados portugueses).

Gonçalo Capitão, A Capital, 19/11/03

Ousar Lutar

Para utilizar uma sigla que Marcelo Rebelo de Sousa conhece razoavelmente e que pertencia ao MRPP, é preciso ousar lutar e ousar vencer.

Pedro Santana Lopes, Diário de Notícias, 20/11/03

O cadeado de Coimbra

A greve, obtida a cadeado, ou seja, sem verdadeira liberdade de escolha, com violência, coloca em dúvida se os estudantes estão ou não com os seus dirigentes associativos.

Pacheco Pereira, O Público, 20/11/03



Intervenção no Encerramento do Debate das GOPs e do OE para 2004

Deputado Guilherme Silva
Assembleia da República
21 de Novembro de 2003



Nota: Desta intervenção do líder da bancada do PSD, fazemos nesta página do “Parlamento”, fazemos algumas breves transcrições de momentos mais significativos do discurso de Guilherme Silva. Pela sua importância e extensão, a intervenção é registada na íntegra, no artigo central desta edição de “Povo Livre”, dedicado ao encerramento do debate na especialidade do Orçamento-2004. –A redacção do “Povo Livre”

(...)

Chegámos ao fim do debate do Orçamento para 2004 e tenho a absoluta convicção de que estamos face a um instrumento fundamental, que marca o início da viragem e da recuperação da grave situação de degradação financeira e de estagnação económica em que o País foi deixado pelos Governos socialistas que nos antecederam.

(...)

Este debate do Orçamento confirmou que o PS não foi capaz de dar um contributo positivo, de apresentar propostas novas, ou quaisquer alternativas consistentes que tenha para o País em matéria de política Orçamental e de Finanças Públicas.

O debate do Orçamento revelou-nos pois, e mais uma vez, um Partido Socialista velho e gasto, que só critica, que só diz mal, que nada de válido tem para apresentar aos portugueses. O Partido Socialista ainda não percebeu que, nesta atitude de mal dizer e de bota-abaixo, afunda-se cada vez mais a si próprio e descredibiliza a oposição, que lhe cabia liderar com elevação e eficácia, por força dos mais elementares imperativos democráticos.

Cada vez mais o PS aliena, de forma desastrosa, o papel da liderança da oposição que lhe competia, para o mais pequeno partido com assento parlamentar – o Bloco de Esquerda.

(...)

Seria desastroso, confirmado que está pelas mais insuspeitas instâncias internacionais e pelo Banco de Portugal, o acerto e a correcção da opção tomada, que nos desviassemos agora, do caminho difícil, mas seguro, que temos vindo a seguir.

(...)

... mau para o País, não é a sua saudável obsessão de redução do défice. Mau para o País, como se viu, é a doentia obsessão socialista de, a todo o custo, aumentar o défice!

(...)

O combate ao desemprego não se faz por decreto, nem pela opção fácil, mas ilusória, do investimento não reprodutivo ou dos subsídios a esmo sem critério.

(...)

Mas este é também um Orçamento de elevada preocupação social. Na verdade, apesar das dificuldades financeiras e económicas, foi possível fazer o maior aumento dos últimos anos das pensões sociais. O Orçamento da segurança social é o mais elevado dos últimos cinco anos. E só não foi possível ir mais longe, neste âmbito, porque o desperdício e o esbanjamento dos recursos públicos por parte dos governos socialistas, privaram-nos de meios que podiam ser agora afectos à política social, em benefício dos mais carenciados.

(...)

Esta é uma diferença essencial. Os socialistas têm da política uma visão curta, imediatista e oportunista. Nós temos da política uma visão larga, com sentido estratégico e virada para o futuro.

É isto o que os portugueses querem. Ambição e segurança em relação ao futuro. Por isso, os portugueses sabem: falando com verdade e agindo com firmeza, os sacrifícios de hoje são a alavanca para novos benefícios no futuro. Já com indícios para 2004 e resultados previsivelmente seguros em 2005 e 2006. É assim que se garante um futuro melhor para todos os portugueses.

(...)

A verdade é só uma: uns falam de justiça social. Nós fazemos a justiça social. É a diferença que vai entre falar e fazer. É o traço distintivo entre a verdade e a hipocrisia, entre o rigor e a demagogia, entre a credibilidade de quem hoje governa e a irresponsabilidade de quem, nos últimos anos deixou o País chegar ao estado a que chegou.

(...)

O País sabe que tem hoje um Governo a sério. Pode concordar ou discordar. Mas sabe que hoje há um rumo, que o Governo tem uma estratégia e que essa estratégia não só começa a dar resultados como é reconhecida pelas mais altas instâncias internacionais como a única adequada a sairmos da situação difícil em que fomos colocados e a assegurar o nosso desenvolvimento sustentado. Os portugueses sabem que Portugal tem hoje



um Primeiro-Ministro que exerce democraticamente o poder, não um Primeiro-Ministro que faz de conta; um Primeiro-Ministro que tem coragem de afirmar Portugal na Europa e no Mundo; um Primeiro-Ministro que assume as suas responsabilidades, não um simulacro de Primeiro-Ministro, que foge às suas obrigações e vira as costas aos seus deveres e às suas responsabilidades.

(...)

Por isso, o País sabe que no final da legislatura este Primeiro-Ministro assumirá a responsabilidade de dar a cara, de assumir os resultados da sua acção governativa, de se submeter ao julgamento dos portugueses.

Bom seria que o líder da oposição pudesse fazer e dizer o mesmo.

Notícias das Comunidades

José Cesário denuncia situações de exploração de mão-de-obra portuguesa no estrangeiro

No dia 15 deste mês, o secretário de Estado das Comunidades, José Cesário, apelou, no Porto, à sensibilização da opinião pública para as situações de exploração de mão-de-obra portuguesa em países estrangeiros.

“Portugal não pode ficar de braços cruzados à espera que estes fenómenos aconteçam. É preciso informar as pessoas, por forma a que estejam prevenidas, saibam o que as espera”, disse José Cesário, na abertura do Seminário “Trabalho temporário dos portugueses no estrangeiro - actuais tendências e principais problemas”, que terminou na sexta-feira.

Segundo o secretário de Estado, os consulados portugueses recebem inúmeras queixas referentes a casos de exploração de mão-de-obra portuguesa e a única forma de combater este fenómeno é através da informação sobre os seus direitos enquanto cidadãos da União Europeia.

“O que está em causa é a inexistência de escrúpulos de empresários que são incapazes de assumir os direitos dos seus trabalhadores”, disse.

Na opinião de José Cesário, as pessoas que queiram emigrar devem acautelar-se devidamente em relação ao local para onde vão e conhecer os seus direitos e condições contratuais.

“É necessário dominar as condições de trabalho que se vão encontrar”, salientou, acrescentando que as informações podem ser prestadas em diversos serviços como a Inspeção-Geral do Trabalho, centros de emprego e consulados.

José Cesário lembrou ainda a existência de diversas organizações não-governamentais a quem os portugueses podem recorrer.

Pescadores a dormir à porta do consulado do Reino Unido, portugueses com salários em atraso e a viver em situações “inadmissíveis” foram alguns casos apontados pelo Secretário de Estado, como situações denunciadas nos consulados portugueses.

“A era do bairro de lata acabou, mas em pleno tempo de bem estar social continuamos a ter situações destas”, frisou.

O secretário de Estado das Comunidades afirmou que, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2002, cerca de 30.000 portugueses emigraram, e que este número aumentou em relação aos anos anteriores, apontando como principal causa o aumento de desemprego em Portugal.

Este seminário, que contou com a presença de mais de duas dezenas de especialistas portugueses e estrangeiros, centrou-se nos direitos, condições de trabalho, benefícios sociais e políticas de defesa dos trabalhadores.

Esta iniciativa da Secretaria de Estado das Comunidades está inserida numa campanha sobre condições de trabalho no estrangeiro que o Governo está a desenvolver.

Além do seminário, a campanha integra ainda anúncios televisivos e radiofónicos, que contam com a colaboração de personalidades como o futebolista Luís Figo, o maestro Vitorino de Almeida e a apresentadora Bárbara Guimarães, bem como a publicação de folhetos sobre as condições de trabalho no estrangeiro. – **Fonte: Lusa**

Com a Murtosa, já são 21 os Acordos de Cooperação Câmaras/DGACCP

Foi celebrado na quarta-feira, dia 29 de Outubro, um Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal da Murtosa, e a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP), com vista à criação de uma estrutura para apoio ao emigrante naquela edilidade.

Reconhecendo-se a importância das Comunidades Portuguesas dispersas pelo mundo bem como os fortes elos de ligação que mantêm com Portugal, reveste-se da maior importância dar resposta às informações solicitadas e disponibilizar apoio aos municípios que tenham estado emigrados, que estejam em vias de regresso ou ainda que residam nos países de acolhimento.

À Câmara compete criar uma estrutura de apoio denominado “Apoio Às Comunidades Portuguesas” ou aproveitar uma já existente, afectar um ou mais funcionários a essa estrutura de apoio e promover junto das Juntas de Freguesia a existência e as competências dessa estrutura de apoio.

À DGACCP compete dar formação profissional aos funcionários destacados para o efeito, prestar apoio técnico continuado, disponibilizar toda a documentação necessária e dar resposta a todo o expediente encaminhado pela Câmara.

Com a assinatura deste protocolo, eleva-se a vinte e um o número de acordos efectuados entre a DGACCP e várias Câmaras Municipais, nomeadamente Figueira de Castelo Rodrigo, Vouzela, Faro, Silves, Santa Maria da Feira, Mirandela, Chaves, Ílhavo, Tondela, Lamego, Vila Real, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Terras do Bouro, Vieira do Minho, Boticas, Aguiar da Beira, Vila Nova de Paiva, Arganil e Sabrosa. – **Fonte: Gab. Press. MNE**

Consulados e organização interna marcam reunião do Conselho Permanente

O plano de reestruturação consular do Governo e a organização interna do



órgão de tutela do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) foram os assuntos em debate na reunião do Conselho Permanente, na primeira emana de Novembro, em Lisboa.

O Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas (CPCP) reuniu-se na Assembleia da República nos dias 6, 7 e 8 de Novembro, na que foi a sua primeira reunião depois de eleita em Junho último, quando do plenário mundial das comunidades portuguesas.

O encerramento de consulados foi analisado pelos 15 elementos do CPCP e depois abordado durante um encontro com o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário.

Em matéria de organização interna, os conselheiros aprovaram um regulamento de trabalho, distribuíram entre si os diversos pelouros e analisaram a proposta de orçamento do Governo para o funcionamento do CCP no próximo ano.

A contagem do tempo de serviço militar para efeitos de reforma aos emigrantes, questões relativas aos ex-emigrantes com pensões da Suíça e a análise dos resultados do grupo de trabalho sobre comunicação social foram outros assuntos a marcar a agenda dos conselheiros.

Ainda no âmbito da reunião, os elementos do CPCP foram recebidos

pelo Presidente da República e mantiveram encontros com os grupos parlamentares das forças políticas com assento na Assembleia da República, subcomissão das Comunidades Portuguesas e administrações da RTP, RDP e Agência Lusa.

O Conselho das Comunidades Portuguesas, órgão de consulta do Governo para os assuntos relacionados com a emigração, é actualmente composto por 96 Conselheiros eleitos, por sufrágio universal, nos vários países onde residem portugueses.

O Conselho Permanente, organismo de tutela do CCP, é composto por 15 elementos distribuídos da seguinte forma:

Presidente - António Almeida e Silva (Brasil), vice-Presidente - Carlos Pereira (França), vice-Presidente - José João Morais (Estados Unidos), vice-Presidente - Inácio Afonso Pereira (Venezuela), Secretários - Laurentino Esteves (Canadá), Alcides Martins (Brasil), Artur Cabugueira (Zimbabué), Eduardo Dias (Luxemburgo), Gabriel Fernandes (Reino Unido), José Luís da Silva (Venezuela), José Maria Coutinho (Macau), José Moreira Figueiredo (Estados Unidos), Manuel Beja (Suíça), Rui Paz (Alemanha), Silvério Soares da

Em memória de Sá Carneiro

A Secção de Paris do PSD, convida todos os militantes, simpatizantes e portugueses em geral para assistir a um ofício religioso, em memória do Dr. Francisco Sá Carneiro, antigo Primeiro-Ministro de Portugal e fundador do PSD, no Domingo, dia 7 de Dezembro, pelas 11 horas, no Santuário “Notre Dame de Fátima – Marie Médiatrice”, 48 bis, Boulevard Sérurier, Paris-19.



Notícias das Comunidades (Conclui)

Câmara da Murtosa assina 21º Acordo de Cooperação para Apoio ao Emigrante

Silva (África do Sul). – **Fonte Lusa**

Lançamento do folheto “Trabalhar no Reino Unido”

O Gabinete de Informação e Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros informa que o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José de Almeida Cesário, e a Embaixadora do Reino Unido em Portugal, Dame Glynne Evans, lançaram na passada sexta-feira, 7 de Novembro, pelas 12h00, na sala do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um folheto de informação intitulado “Trabalhar no Reino Unido”.

O folheto, que resulta de uma iniciativa conjunta do Reino Unido e Portugal, contém informações básicas dirigidas aos cidadãos portugueses que tencionam procurar trabalho no Reino Unido através de agências de emprego temporário, elucidando-os nomeadamente sobre os seus direitos laborais e sobre os locais onde poderão encontrar ajuda e aconselhamento.

O panfleto foi elaborado em estreita colaboração entre a Direcção Geral de Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e a Embaixada Britânica em Lisboa, com a contribuição

e apoio de vários ministérios, organizações não governamentais (ONGs), e representantes da sociedade civil dos dois países.

Mais se informa que será feita uma ampla distribuição do folheto tanto em Portugal como no Reino Unido, através das autarquias locais, das ONGs e das paróquias religiosas.

O lançamento do folheto “Trabalhar no Reino Unido” foi aberto à Comunicação Social. – **Fonte: Gab. Press. MNE**

Portugueses, autarcas em França, reuniram-se em Argenteuil para fomentar participação política de emigrantes

Uma quinzena de portugueses eleitos a nível municipal na região de Paris, França, tiveram um encontro de trabalho no sábado passado, em Argenteuil para trocar experiências e procurar criar uma rede de trabalho e de conhecimentos.

O desinteresse da comunidade portuguesa pelos processos eleitorais português e francês será o principal tema em debate numa reunião de onde saiu

um apelo à inscrição dos emigrantes nos cadernos eleitorais dos dois países.

Procurar instrumentos para convencer mais portugueses a exercerem os seus direitos enquanto cidadãos e a tomarem parte da vida democrática, votando ou candidatando-se, e afirmar os eleitos portugueses locais como um elo importante e útil entre a comunidade e as instituições francesas foram os objectivos do encontro.

A iniciativa foi da Federação das Associações Portuguesas em França (FAPF), as associações portuguesas de Argenteuil e a Associação dos Eleitos Portugueses de França.

“Discutimos o problema sem protocolos, com os actores que estão directamente implicados e acordamos quanto às acções se podem desenvolver especificamente com os portugueses”, explicou João Machado, dirigente da FAPF.

Machado reconhece que existem campanhas do governo francês para apelar à inscrição nos cadernos eleitorais, mas defende um “trabalho específico para os portugueses”, tendo em conta a dimensão da comunidade e

a falta de hábitos democráticos adquirida durante o regime do estado Novo.

Além dos vários eleitos, registou-se também a intervenção do deputado e presidente da Câmara de Argenteuil, Georges Mothron, personalidade que tem discutido a questão com as associações portuguesas da sua região.

Este foi o segundo encontro de autarcas de origem portuguesa eleitos em França, que no total rondam as duas centenas.

O primeiro foi organizado em finais de Novembro do ano passado pela embaixada de Portugal, quando da visita oficial do primeiro-ministro, Durão Barroso e reuniu mais de cem eleitos.

Uma nova edição deste encontro está a ser organizada para o início do próximo ano, devendo contar com a presença da ministra dos Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia, e do secretário de Estado das Comunidades, José Cesário.

Enquanto cidadãos europeus, os portugueses residentes em França podem votar e candidatar-se apenas nas eleições europeias e municipais. –

Fonte: Lusa

Conselho Nacional dos TSD marca Congresso para Março de 2004 e analisa situação sócio-económica

O Conselho Nacional dos TSD reunido no dia 8 de Novembro, marcou o próximo Congresso Nacional para Março de 2004 e analisou a situação económica e social do País.

Sobre a situação económica e social, os TSD consideram que o Orçamento de Estado para 2004 é um instrumento muito importante para dinamizar a economia e gerar confiança nos investidores e nos cidadãos, dois elementos essenciais para que Portugal possa vencer as dificuldades que persistem.

O rigor na despesa pública, consagrado no Orçamento já aprovado na generalidade, é uma necessidade. E o melhor contributo que a política orçamental pode dar para o crescimento da riqueza em Portugal é garantir o controlo das finanças públicas.

Os TSD entendem que, sendo a recuperação económica a prioridade mais imediata, o objectivo superior tem de ser o de mais justiça social. A política orçamental só faz sentido se for instrumental - o importante são as pessoas!

E a primeira resposta a dar tem de ser para aqueles que mais precisam, porque só assim faz sentido a governação - trabalhar para os mais desfavorecidos e desprotegidos da sociedade.

Assim, os TSD saudam o compromisso político deste Governo de fazer a convergência das pensões sociais mais baixas com o salário mínimo nacional, até 2006, que já tinha começado com os dois aumentos ocorridos ao longo deste ano e que irá prosseguir, em 2004, com um aumento de mais 6%. Tal valor, bastante acima da inflação, irá garantir a cerca de 1 milhão de portugueses pensões de maior dignidade social. Este é o maior aumento desde 1995 no que se refere às pensões mínimas do regime geral.

No passado recente os portugueses foram iludidos por quem governava,

que via na despesa sem critério ou nas políticas de facilidades a base de uma política social. Tais políticas conduziram-nos a uma situação muito grave do ponto de vista orçamental e económico, cujas consequências ainda as estamos a sofrer.

[...] Acreditamos que o ano de 2004 será o ano da viragem e da expansão, mas temos igualmente presente que há uma diferença temporal significativa entre a retoma económica e a baixa efectiva e sustentada da taxa de desemprego.

Por isso, os TSD entendem que o Governo deve desenvolver programas concretos para enfrentar situações de crescimento do desemprego e que nenhum português desempregado, que queira trabalhar, fique sem protecção social.

Uma política de rigor macro-económico sim, mas sem descurar políticas de justiça social. A boa governação é a que mantém as finanças sãs, a economia em progresso, mas tem de ser, sempre, acompanhada pela indispensável sensibilidade social.

Os TSD acreditam no valor dos Portugueses e de Portugal, sobretudo dos seus trabalhadores que estão a levantar o País de um ciclo económico negativo essencialmente causado pelas políticas irrealistas da governação anterior.

Finalmente, os TSD reafirmam o seu claro apoio à Reforma da Administração Pública, quer quanto aos seus objectivos quer quanto ao processo de participação que vem sendo adoptado, mas interrogam-se e estranham a lentidão e indefinição que acontece com a negociação em sede de concertação social do Contrato Social para a Competitividade e Emprego.

– **Conselho Nacional dos TSD**

Conselho de Ministros



O Conselho de Ministros, na sua reunião de 19 de Novembro, na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou sete diplomas, dos quais três Decretos-Lei de transposição para a ordem jurídica nacional de directivas da UE e quatro resoluções sobre ordenamento do território.

O primeiro dos Decretos-Lei, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2001/105/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Dezembro de 2001, relativa às regras comuns para as **organizações de vistoria e inspecção dos navios e para as actividades relevantes das administrações portuárias**, alterada pela Directiva 2002/84/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, que altera as directivas em vigor no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição por navios.

Tradicionalmente ou por conveniência de gestão administrativa, várias funções de inspecção e vistoria de navios estabelecidas em instrumentos internacionais relativos a segurança marítima são delegadas pelos Estados nas sociedades de classificação de navios, tornando-se, assim, necessária a criação de regras claras e exigentes com vista ao reconhecimento da capacidade técnica e idoneidade dessas organizações que ficam habilitadas a efectuar, total ou parcialmente, as inspecções e vistorias aos navios, cuja realização seja obrigatória por força de convenções internacionais, e a emitir os certificados respectivos, designados “certificados de classificação”, documento comprovativo da adaptação estrutural e mecânica de um navio a uma determinada utilização ou serviço.

Com esse objectivo foi adoptada a Directiva n.º 94/57/CE do Conselho, relativa às regras comuns para o reconhecimento das organizações de vistoria e inspecção dos navios e para as actividades relevantes das administrações marítimas, que foi transposta para o direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 115/96.

A aplicação prática da Directiva n.º 94/57/CE demonstrou que alguns ajustamentos do sistema comunitário de reconhecimento de organizações poderiam dar um forte contributo para o reforço do sistema, simplificando, simultaneamente, as obrigações de monitorização e informação impostas aos Estados-membros.

Por outro lado, a evolução verificada nos instrumentos internacionais pertinentes e a necessidade de dar resposta cabal a acidentes marítimos com grande repercussão na Europa determinou a introdução de ajustamentos substanciais àquela Directiva, o que foi feito através da adopção da Directiva 2001/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Desta forma, o presente diploma tem como objectivo transpor para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/105/CE, relativa às regras comuns para as organizações de vistoria e inspecção dos navios e para as actividades relevantes das administrações marítimas, tendo em vista a aplicação eficaz e uniforme das regras constantes de diversas convenções internacionais, de forma a ajustar e harmonizar o sistema comunitário de reconhecimento das organizações de vistoria e inspecção dos navios, que alterou a Directiva n.º 94/57/CE.

O segundo Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/82/CE da Comissão, de 11 de Setembro de 2003, que altera a Directiva 91/414/CEE do Conselho, no respeitante às **frases-tipo relativas a riscos especiais e às frases-tipo relativas às precauções a tomar aplicáveis aos produtos fitofarmacêuticos**, aditando os anexos V e VI ao Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril, relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado.

A aprovação deste diploma contribuirá para a redução do risco dos produtos

fitofarmacêuticos, com benefícios para a saúde humana, animal e ambiente.

O último Decreto-Lei, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/61/CE do Conselho, de 18 de Junho de 2003, relativa a ensaios comparativos comunitários de sementes e de materiais de propagação vegetativa.

O presente diploma harmoniza a legislação nacional relativamente à realização de ensaios comparativos comunitários de sementes e de materiais de propagação vegetativa.

Alteração ao Plano Director Municipal de Redondo

Uma Resolução do Conselho ratifica a alteração ao Plano Director Municipal de Redondo, de forma a aumentar a edificabilidade nos espaços rurais e ajustar os perímetros urbanos de Redondo e da Aldeia da Serra, adequando assim o Plano Director Municipal às dinâmicas de transformação do uso do solo nas áreas em causa.

Aprovada a delimitação dos perímetros de protecção das captações JK1 e JK2, no município da Golegã

Ainda por Resolução do Conselho foi aprovada a delimitação dos perímetros de protecção das captações JK1 e JK2, no município da Golegã, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de Setembro.

Os perímetros de protecção visam prevenir, reduzir e controlar a poluição das águas subterrâneas, por infiltração de águas pluviais lixiviantes e de águas excedentes de rega e de lavagens, potenciar os processos naturais de diluição e de auto depuração, prevenir, reduzir e controlar as descargas acidentais de poluentes e proporcionar a criação de sistemas de aviso e alerta para a protecção dos sistemas de abastecimento de água.

Suspensão parcial do Plano Director Municipal de Vouzela

Uma Resolução do Conselho ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Vouzela.

A área abrangida pela suspensão do Plano Director Municipal de Vouzela, encontra-se inserida em espaço florestal arborizado e espaço florestal complementar.

A suspensão parcial do Plano Director Municipal, para a área em causa, tem como objectivo a criação de um espaço que permita a instalação de novas unidades industriais, tendo em conta o esgotamento de áreas industriais disponíveis no município, a existência de uma forte dinâmica económica nesta freguesia e a localização próxima do nó do IP5 e da Estrada Regional 228.

Plano de Ordenamento da Albufeira da Apartadura.

Finalmente, a última Resolução do Conselho aprovou o Plano de Ordenamento da Albufeira da Apartadura.

O ordenamento proposto pelo Plano de Ordenamento da Albufeira da Apartadura, quer no que concerne ao plano de água, quer no que concerne à zona envolvente, visa conciliar a procura desta zona para a prática de actividades de recreio e lazer com a conservação da natureza e a preservação dos recursos naturais em presença, principalmente a qualidade da água, numa perspectiva integrada e tendo como objectivo a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável do território.



Notícias do Cartaxo

Semana histórica para o Concelho vê resolução de questões vitais para o futuro da comunidade

Face aos mais recentes desenvolvimentos políticos, sociais e económicos ocorridos na última semana de Outubro, pelo seu extraordinário contributo para o presente e pela sua histórica importância para o futuro do concelho do Cartaxo, a Comissão Política do PSD torna pública as seguintes posições:

1. Agradecer ao Governo de Portugal, designadamente aos Ministros Nuno Morais Sarmento (Presidência) e David Justino (Educação), aos Secretários de Estado Miguel Relvas (Autarquias Locais) e Jorge Costa (Obras Públicas), bem como ao Grupo de Deputados do PSD na Assembleia da República (eleitos pelo distrito de Santarém) o empenho demonstrado na resolução de vários problemas relativos ao concelho do Cartaxo.

Em 23 de Outubro, foi inaugurada a Variante à Estrada Nacional 365.2, ligando o Cartaxo ao Nó de Aveiras na A1. Concluiu-se um projecto que foi integralmente construído na vigência do actual Governo, com um custo aproximado de 10 milhões de euros (cerca de 2 milhões de contos) e que muito contribuirá para o desenvolvimento do concelho com particular destaque para as freguesias de Pontével, Vale da Pinta, Ereira e Lapa, dotando o Cartaxo de uma proximidade estratégica no acesso ao futuro aeroporto da Ota.

Em 30 de Outubro, ficou definitivamente encerrado o contencioso judicial, iniciado em 1994, que opunha os alunos vítimas da explosão na Escola Secundária do Cartaxo (em 1985), ao Estado. Através do Ministério da Educação, o Estado concretizou um acordo extra-judicial com as vítimas e assumiu o pagamento das justificadas indemnizações por danos morais, encerrando um caso justamente classificado como “vergonhoso”.

Em 31 de Outubro, o Vice-presidente do PSD e Ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento anunciou a total disponibilidade do Governo para aceitar viabilizar a abertura de um novo Nó na auto-estrada que liga Lisboa ao Porto (A1) no concelho do Cartaxo.

Este anúncio vem finalmente dar resposta a uma velha aspiração do concelho do Cartaxo e responde a muitas iniciativas locais, expressas por



autarcas – designadamente do PSD na Assembleia Municipal entre 1996 e 2001 – e da população – através de uma recolha de assinaturas entregue na Assembleia da República, em 2001, sob a forma de uma Petição.

Trata-se duma justa reivindicação local que, durante o Governo socialista da “Nova Maioria”, foi constantemente adiada e que suscitou, muitas vezes, na Assembleia Municipal do Cartaxo, a votação contra dos autarcas socialistas, mais empenhados – então – na defesa dos seus governantes do que na resolução deste antigo anseio. Por ser da mais elementar justiça, o PSD do Cartaxo saúda os contributos dados pelos cidadãos subscritores da Petição e as forças políticas do PCP e do CDS-PP que muito contribuíram para a resolução desta causa comum.

Também em 31 de Outubro, o Vice-presidente do PSD e Ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento anunciou que a construção da Extensão de Saúde da freguesia de Pontével foi adjudicada pelo Ministério da Saúde pelo que a obra pode finalmente avançar. Este projecto arrastava-se desde o anterior Governo, tendo garantida a sua programação financeira no PIDDAC de 2000 e 2001, com concurso realizado ainda em 2001. Infelizmente e por manifesta falta de vontade política, a sua adjudicação acabou por nunca acontecer em 2001. Com esta decisão, a freguesia de Pontével pode finalmente acreditar que a curto prazo beneficiará de um equipamento novo que aumentará a qualidade de vida dos seus utentes e o melhorará as condições de trabalho de todos os profissionais de saúde aí envolvidos.

2. Congratular-se com a coragem política do actual Governo que, mesmo numa conjuntura económica e financeira difícil, procura solucionar antigos processos que envolvem a credibilidade do Estado e não hesita em decidir e avançar com projectos que correspondem a anseios antigos e essenciais da população do concelho do Cartaxo. Pelo conjunto das medidas atrás referidas, a última semana foi histórica e extraordinária para o nosso concelho e este Governo ficará a elas associado. - **(Ass^o) A Comissão Política Concelhia do PSD – Cartaxo, Vasco Cunha, Presidente.**

Secretário de Estado da Saúde visita Centro de Saúde de Portimão

O Secretário de Estado da Saúde visitou na passada 6ª feira as obras de remodelação interior e exterior do Centro de Saúde de Portimão, edifício onde, por sua decisão enquanto tutela do organismo, irá ficar sediada a nova e primeira Direcção Regional do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH).

No primeiro andar ficarão os Serviços Administrativos, a área de trabalho do Director Regional, os gabinetes dos Técnicos e uma Sala de Reunião / Formação de Quadros.

No r/c ficará a Recepção, a Sala de Espera e todas as Oficinas temáticas, em resposta às necessidades regionais

Esta obra, para além de recuperar o interior, as redes de água, esgotos e eléctricas, e adaptar o edifício às novas funções, fez também a recuperação das fachadas de acordo com o projecto original, definiu os parqueamentos automóveis internos e enquadrou os arranjos exteriores.

O custo previsto para esta fase – obra, equipamento, mobiliário e arranjos exteriores (excepto maquinaria oficial) – é de 250.000 EUROS, entrando a mesma em funcionamento no próximo mês de Janeiro.

De seguida o Secretário de Estado visitou as instalações cedidas à Associação de Dadores de Sangue do Barlavento, ora a funcionar no antigo SLAT, edifício contíguo ao ex-Centro de Saúde.

Durante a visita foram definidas as obras de conservação interior e de arranjos exteriores deste edifício, uniformizando-se assim todo o perímetro e tendo em atenção a zona da Cidade onde os mesmos se localizam.

O Plano de emergência do Concelho não corresponde às necessidades apesar dos alertas do PSD

As inundações que se verificaram no concelho de Vila Franca de Xira, há alguns dias, merecem reflexão, que nos leva a constatar que a política que tem sido seguida nos últimos 29 anos no nosso concelho, tem de ser considerada como um ciclo que

ser suportado por um bom conhecimento das zonas urbanísticas, industriais e de serviços existentes no Concelho, assim como os estabelecimentos, áreas, zonas e pontos críticos e de risco, de forma a permitir a intervenção, rápida e

último fim-de-semana.

Associado à aplicabilidade do plano de emergência aparece naturalmente a organização dos Serviços Municipais de Protecção Civil onde em articulação com os Bombeiros, o INEM, as Autoridades Policiais, as empresas de serviços, EDP, Lisboaágas, os próprios serviços da Câmara Municipal, as empresas de risco, ADP e Solvay, e outras, que devem desenvolver um trabalho articulado e coordenado pela Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Naturalmente, que esta intervenção do PSD, não pretende aproveitar de uma ocorrência natural, como a que aconteceu, mas sim utilizar essa ocorrência para de uma forma pedagógica permitir que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, as forças políticas e as entidades envolvidas, possam, de uma forma pedagógica reflectir sobre a estrutura funcional de segurança no Concelho, avaliar os meios, os recursos e os riscos, para posteriormente se definirem as linhas mestras de actuação e de organização.

É bom lembrar que o PSD tem levantado todas as questões relacionadas com a segurança ao longo dos últimos anos, as vezes as medidas necessárias não são implementadas e depois é o que se vê, casa arrombada trancas á porta.

Não podemos terminar sem expressar a nossa solidariedade com todos os habitantes do concelho que perderam os seus bens, fruto de uma vida de trabalho árduo, e que agora, infelizmente é momento de recomeçar de novo.

Assim como reconhecer publicamente que o trabalho dos bombeiros no passado fim de semana no nosso concelho foi decisivo na minimização dos prejuízos assim como na rápida ajuda no regresso á normalidade da vida dos cidadãos –
Vereador Rui Rei, PSD



chegou ou está a chegar, ao fim.

Esta reflexão versa o planeamento e a segurança, já que sem ambos não teremos desenvolvimento, ou pelo menos desenvolvimento com confiança com fiabilidade e com rigor.

O Plano de Emergência do Concelho de Vila Franca de Xira deve ser um documento, revisto e actualizado periodicamente, que tem de conter todo um conjunto de procedimentos definidos em função da estrutura da organização de segurança existente no Concelho e que define as funções, formas de actuação, as responsabilidades e as missões dos diferentes intervenientes, os meios a utilizar e as formas de movimentação de pessoas afectas à intervenção, em caso de acidente ou ocorrência.

Na sua vastidão de elaboração e operação, o plano de emergência deve

pronta, dos bombeiros, dos serviços de protecção civil, da policia e de outras entidades ligadas à estrutura da organização de emergência.

Acresce a este conjunto de factores, outros factores tão ou mais importantes, que têm a haver com as características do Concelho de Vila Franca de Xira, como são, nomeadamente, a morfologia do terreno, a orografia, o leito do rio Tejo, a acessibilidade estrutural com é a A1 e a Linha do Norte, a acessibilidade transversal e urbana.

O plano de emergência, cujo objecto fundamental da sua elaboração é a prevenção numa primeira etapa e a limitação de acidentes e ocorrências, naturais e artificiais, obriga a que periodicamente seja actualizado e revisto de forma a poder responder capazmente a ocorrências como as do

Bombeiros: um milhão para obras

O Governo atribuiu uma verba de cerca de um milhão de euros a 36 corporações de bombeiros de todo o país para melhoria das suas instalações, conforme vinham a reivindicar desde 2001.

Esta verba, distribuída por 16 dos 18 distritos do Continente, foi atribuída por iniciativa do secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna Luís Pais de Sousa, e é a resposta a vários pedidos realizados nos anos 2001, 2002 e primeiro semestre de 2003, refere um relatório do Ministério da Administração Interna.

No documento, Pais de Sousa explica que este apoio financeiro se destina à realização de obras de conservação e melhoria dos quartéis de bombeiros, possibilitando a sua manutenção e adaptação à evolução das necessidades das respectivas corporações.

“Foi possível atribuir, através do Gabinete de Estudos e de Planeamento, durante o ano de 2003, 1.169.334,68 euros a 36 corporações de bombeiros de todo o país (cerca de 10 por cento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários) referente a pedidos realizados nos anos 2001, 2002 e primeiro semestre de 2003”, lê-se no documento.

A distribuição desta verba “em ano de apertado controlo orçamental, só é possível por uma rigorosa gestão dos meios disponíveis e por uma consciência das necessidades das corporações de bombeiros”, adianta o Secretário de Estado.

Por outro lado, acrescenta, este apoio financeiro constitui também “a vontade de motivar e premiar várias corporações de bombeiros do país, abrangendo um universo mais alargado do que apenas uma obra nova”.

A atribuição destas verbas é feita através de protocolos, chamados de TNS (Trabalhos de Natureza Simples), que permitem a realização de obras de conservação e melhoria dos quartéis de bombeiros.

Os valores dos subsídios situam-se entre os cerca de nove mil euros (Estremoz, em Évora) e os 36 mil euros (Loures, em Lisboa).

– Fonte: Lusa

CPS de Sesimbra analisa PIDDAC 2004

Numa iniciativa conjunta da Comissão Política da Secção de Sesimbra e da Comissão Política do Distrito de Setúbal do Partido Social Democrata, ocorreu na passada segunda-feira, 27 de Outubro, às 12h30, uma Conferência de Imprensa no Restaurante Tasquinha de S. Jorge, em Aiana, concelho de Sesimbra, que coincidiu com um almoço-convívio. Além da CPS e CPD mencionadas, estiveram os deputados distritais do PSD, representantes dos Núcleos JSD e J, da Quinta do Conde e autarcas do concelho de Sesimbra. Os temas abordados foram o PIDDAC para 2004 e outros, relevantes para a política concelhia.

Estiveram também presentes representantes da Imprensa regional e correspondentes de órgãos de comunicação nacional e a discussão dos assuntos decorreu com animação e participação de todos os presentes.

- CPS, Sesimbra



Notícias de Braga

A CPS bracarense critica a Câmara e aponta caminhos de cidadania

A Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata, em conjunto com os autarcas eleitos nas listas da “Coligação Juntos por Braga”, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, vem formulando críticas veementes e contínuas à forma autista e autoritária como são conduzidos, de há vários anos a esta parte, os desígnios deste concelho.

Nos actuais responsáveis pela gestão autárquica está incutido um espírito de claro distanciamento para com as forças vivas e a população do concelho que se reflecte, de forma clara, na postura assumida em múltiplas facetas da actividade municipal.

Reflecte-se, desde logo, na forma sobranceira com que são tratados os legítimos representantes dos Executivos das várias freguesias, autarcas com igual legitimidade para o exercício dos seus cargos e para a defesa dos interesses dos seus eleitores, os quais, são mais frequentemente tidos por meros receptores das benesses da Câmara Municipal do que como verdadeiros interlocutores de um esforço de desenvolvimento integrado do concelho e de satisfação dos reais anseios das populações.

Reflecte-se, também, pelo frequente desrespeito dos preceitos legais e das normas do estatuto de oposição dos eleitos das demais forças partidárias na Vereação da Câmara, cujos contributos são tardiamente solicitados e sistematicamente ignorados (com honrosas e recentes excepções) nas principais decisões do município.

Reflecte-se, finalmente, no alheamento para com as forças vivas e com os municípios Bracarense, cujos opinião e empenho são raramente tidos em conta na concepção e implementação das principais políticas municipais.

A Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata e os seus autarcas entendem [...] a participação cidadã e a democracia participativa possam assumir uma dimensão estratégica em qualquer projecto de desenvolvimento local.

[...] Claramente, não se trata de exigir o direito de sufragar toda e qualquer decisão do Executivo camarário mas, antes, de atribuir aos cidadãos um papel determinante na discussão de documentos de base como o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal.

[...] Em Braga, a Câmara Municipal vem-se esquivando a dar cumprimento a uma insistente recomendação dos Vereadores do PSD, posteriormente



Na conferência de Imprensa da CPS, da esquerda para a direita, João Granja, Alexandre Lourenço, Ricardo Rio e Carlos Peixoto

mês de Novembro, o PSD e os seus representantes na Câmara Municipal vão promover uma ampla auscultação pública com vista à recolha de contributos dos Bracarense para o Plano de Actividades da Câmara para 2004.

Tal auscultação vai-se traduzir em reuniões com os seus autarcas das várias freguesias (a primeira das quais teve ontem mesmo lugar), na auscultação de todas as Juntas de Freguesia, na recolha de contributos dos militantes e dos municípios em geral (que nos podem ser enviados para os nossos contactos de correio, fax e e-mail: psd@servirbraga.com), e na consulta directa à população.

[...] Acreditamos que é com este tipo de iniciativas, com a sua prossecução de forma sistemática e continuada que se criará o hábito de participação e que se consegue uma superior identificação e responsabilização dos municípios com e pelas opções assumidas para o futuro do concelho.

Em Braga, a praxis do Executivo Municipal vem deteriorando os incentivos à participação cívica, num processo recursivo que serve para invocar o desinteresse, o conformismo e a satisfação com o status quo.

Entendemos que estamos a lançar as bases para o reforço de tais níveis de participação cívica e para a promoção de uma democracia participativa, com claros resultados num futuro não muito distante. A este nível, o PSD irá também manter uma postura proactiva de reivindicação e sugestão de iniciativas a desenvolver pelo município, como fez, num passado bem recente, em relação à elaboração da “Agenda 21 Local” ou à dinamização de estruturas como os Concelhos Municipais de Segurança, Educação e Juventude.

- Gab. Press. CPS/Braga

Braga deve integrar uma «Grande Área Metropolitana» - Decidido no plenário da CPS

Os militantes do PSD de Braga aprovaram em Plenário Concelhio, por unanimidade e aclamação, a proposta da Comissão Política de Secção de que o “município de Braga venha a integrar uma Grande Área Metropolitana com a máxima abrangência possível”.

Ficam os órgãos concelhios e os autarcas do Partido, com um claro mandato para subscrever a proposta de adesão do município a uma Grande Área Metropolitana, em sede de Câmara e Assembleia Municipais, bem assim como, para encetarem todos os esforços com vista à maximização do espectro geográfico da Área a constituir, para lá das fronteiras do próprio distrito de Braga.

Essa será, no entendimento da generalidade dos presentes, a melhor forma de aproveitar as inúmeras vantagens associadas a este processo de reorganização administrativa: ao nível do reforço da capacidade de reivindicação de iniciativas e investimentos, da assunção de uma postura mais cooperante, de elaboração de projectos infra-estruturantes conjuntos entre os vários municípios abrangidos e de busca de um desenvolvimento mais equilibrado e harmonioso entre as diferentes áreas e tecidos sociais económicos.

[...] No entendimento dos Social Democratas de Braga, a pertinência deste projecto deve colocar de parte a consideração e os receios em torno dos protagonistas e as condicionantes político-partidárias actuais, na certeza de que se impõe uma convergência de posições que, no interesse da Região, deve ultrapassar as individualidades e as organizações.

Por força do carácter estrutural destas iniciativas, os militantes do PSD não deixaram de questionar um dos preceitos da Lei 10/2003, de 13 de Maio, no que concerne à estabilidade destas pessoas colectivas, (o abandono da entidade, possível ao fim de 5 anos) entendendo que tal abandono não se coaduna com o estabelecimento de objectivos a médio e longo prazo.

Ainda assim, os militantes do PSD de Braga não deixaram de realçar a oportunidade desta iniciativa governamental, em concomitância com outras do pacote de descentralização em curso: a democratização e reestruturação das CCR – Comissões de Coordenação Regionais e a transferência de competências do Estado e dos Governos Civis para as autarquias, em diversas áreas de relevo da intervenção pública. - CPS, Braga

Ana Bonito representa autarcas na CPD/Setúbal



Ana Margarida Alexandre Bonito foi nomeada recentemente representante dos Autarcas Social Democratas, na Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD.

Tomou posse dia 18 de Novembro na reunião ordinária da CPD.

A nova representante foi Presidente da CP da JSD, 1994/1995; Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD 1994/1996; Presidente da Mesa do Plenário de Secção da JSD, 1995/1997.

Autarca eleita, Assembleia de Freguesia de S. Sebastião, 1989/1997.

Vice-Presidente da CPS de Setúbal, 1998/2000.

Autarca eleita, membro da Assembleia de Freguesia de S. Julião, pela Coligação PSD/PP, mandato de 2001 a 2005.

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

Missa do 23.º Aniversário



A Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata manda celebrar dia 4 de Dezembro, pelas 19H00, na Basílica da Estrela, em Lisboa, Missa do 23.º aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro.

Leia, assine e divulgue
Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

P O V O L I V R E

TABELA DE ASSINATURAS

Continente	Regiões Autónomas	
6 meses.....	16,21 €	6 meses.....22,45 €
12 meses.....	29,93 €	12 meses.....38,91 €
Apoio.....	59,86 €	
Estrangeiro	semestral	anual
Espanha.....	22,45 €	38,91 €
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....	29,93 €	64,84 €
Outros Países.....	59,86 €	94,77 €

BOLETIM DE ASSINATURA

PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 01 - 3952140

Nome: _____

Morada: _____

Cód. Postal: _____ Localidade: _____

Assinatura: Nova Renovação Semestral Anual

Junto envio cheque nº: _____

Segue Vale correio nº: _____

Junto numerário no valor de: _____

Assinatura



Notícias dos Açores

A actual proposta de revisão constitucional vai ao encontro das esperanças açorianas

Está em curso o processo de revisão da Constituição da República Portuguesa, tendo dado entrada na Assembleia da República, na passada sexta-feira, um projecto de revisão, subscrito em comum pelo PSD e pelo CDS/PP.

Desde que, nos termos constitucionais, a Assembleia da República reassumiu poderes constituintes, o PSD/Açores defendeu a concretização de uma revisão constitucional que assegurasse o aprofundamento da Autonomia. O PSD defende uma revisão global da Constituição da República.

O Grupo Parlamentar na Assembleia da República, mandatado pelo Conselho Nacional do Partido e sob orientação da Comissão Política Nacional apresentou um anteprojecto de revisão constitucional, que consagrou, desde logo, propostas para o "aprofundamento do regime autonómico insular.[...] Após a aprovação do seu anteprojecto, o PSD procurou, no plano nacional, estabelecer com o CDS/PP - o seu parceiro de coligação - um acordo para a apresentação de um projecto de revisão comum, que salvaguardasse o essencial das propostas do PSD.

Entregue o projecto de revisão constitucional, o PSD/Açores sublinha, com satisfação, o facto de nele estar consagrado o essencial das soluções que nos Açores sempre defendemos para o reforço e o aprofundamento da Autonomia.

O projecto de revisão constitucional, do PSD e do PP, propõe uma boa solução para o futuro da Autonomia dos Açores e da Madeira.

Tal como o PSD/Açores sempre defendeu, este projecto concretiza uma perspectiva dinâmica da Autonomia. O nosso projecto reafirma a firme vontade da nossa identidade e dignidade como Povo. O PSD/Açores congratula-se, pois, com as alterações propostas para o texto da nossa Lei fundamental.

A Regiões Autónomas são um caso de sucesso na organização política do Estado e da Democracia Portuguesa.

O projecto de revisão constitucional do PSD e do PP defende: 1 - Reforço do nosso poder legislativo; 2 - Um novo regime para a dissolução da Assembleia Legislativa Regional, nos mesmos termos previstos para a dissolução da Assembleia da República; 3 - Extinção do cargo de Ministro da República; 4 - Criação de um círculo eleitoral próprio para a eleição de Deputados para o Parlamento Europeu; 5 -

Direito de voto para os não residentes; 6 - Direito de transposição de directivas comunitárias; 7 - Consagração constitucional de Portugal como um Estado unitário regional.

Este projecto de revisão constitucional confirma a maioria das propostas do PSD/Açores. Demos um passo de gigante na valorização da nossa Autonomia e das Regiões Autónomas.

Em matéria de poder legislativo as alterações propostas neste projecto de revisão constitucional são claras e objectivas. Os conceitos de Interesse Específico e de Lei Geral da República, limites da nossa competência legislativa, são extintos.

"A Autonomia legislativa incide em geral sobre todas as matérias não reservadas à competência dos órgãos de soberania e em especial sobre as constantes dos respectivos estatutos. Os actos legislativos das Regiões Autónomas passam a designar-se como leis regionais e o Parlamento como Assembleia Legislativa."

No processo de construção europeia, o reforço da participação das Regiões Autónomas concretiza-



se com a sua competência para a transposição de directivas comunitárias, em razão da matéria.

A Constituição passará a estabelecer que o sistema eleitoral para a Assembleia Legislativa e que as bases e princípios fundamentais das finanças regionais passam a ser fixados no Estatuto Político-Administrativo, reservando, assim, para as Regiões Autónomas o poder de iniciativa para alterações.

O PSD é o Partido da Autonomia.; congratulamo-nos com este projecto de revisão constitucional e revemo-nos nas suas propostas para o aprofundamento do regime autonómico insular.

O PSD foi fundador da Autonomia Democrática e líder, no presente, a ambição dos açorianos de terem mais autonomia. - **Fonte: Comunicado da Comissão Política Regional**

Fantasia e realidade nas afirmações do Governo Socialista

No dia 19, a Comissão Política do PSD/Açores, em conferência de Imprensa, concedida pelo Secretário-Geral PSD/Açores, José Manuel Bolieiro e pelo Vice-Presidente da Comissão Política, Humberto Melo, apresentaram números e factos sobre a realidade do emprego na região, que desmentem afirmações e publicações do Governo Regional Socialista. Foi ainda emitido um comunicado, do qual transcrevemos:

Do Presidente do Governo Regional esperamos que fale sempre verdade aos açorianos. Que não use o seu estatuto de governante para iludir o povo a quem deve explicações.

No Programa do VII Governo Regional dizia-se que "a taxa de desemprego na Região é já claramente superior a 10%". No entanto, segundo os documentos do Serviço Regional de Estatística, a taxa de desemprego foi de 6,3%, em 1996.

No Programa do VIII Governo Regional dizia-se que, entre 1996 a 2000, os activos tinham crescido "em cerca de 10 000 pessoas ao longo dos últimos quatro anos". No entanto, segundo o Serviço Regional de Estatística, aquele número apenas foi de 6 475 pessoas.

No passado Domingo, em iniciativa do Partido Socialista, o Presidente do Governo afirmou que o seu Governo criava em média anual cerca de cinco mil postos de trabalho. No entanto, a afirmação de Carlos César não corresponde à verdade.

Segundo o Orçamento para 2002, criaram-se 1 852 postos de trabalho, em 2000. Segundo o Orçamento para 2003, criaram-se 3 200 postos de trabalho, em 2001. De 1997 a 2002, segundo os dados do Serviço Regional de Estatística, *afinal criaram-se menos de metade dos empregos que Carlos César anunciou.* (Em vez dos 30 000 anunciados foram na realidade 11 227. Isto é, Carlos César cometeu um erro de 62,5%).

De facto, analisados os dados do Serviço Regional de Estatística, relativos aos seis anos em referência, o que se pode constatar é que só em 2001, o valor anunciado por Carlos César de empregos criados foi até superior, atingindo 6 503 postos de trabalho.

O que se regista em todos os casos é a falta de rigor do Presidente do Governo.

Em 2002, mais preocupante foi o facto de se ter assistido a uma evolução negativa na criação de emprego. Tendência que infelizmente se confirma em 2003. Até ao terceiro trimestre do corrente ano o que assistimos foi na verdade a crescimento do número de desempregados: 1º Trimestre 2019 desempregados; 2º Trimestre 2 766 e 3º trimestre 3 157.

Exigimos mais verdade. Manifestamos a nossa indignação e denunciámos a falta de verdade e a manipulação feita dos reais números da criação de emprego nos Açores.

Com os números e os mesmos critérios do Serviço Regional de Estatística e com o mesmo raciocínio da apresentação dos dados estatísticos nos orçamentos e programas do Governo Regional desmentimos os números anunciados por Carlos César, cada vez mais o demagógico dirigente socialista e menos o Presidente do Governo. - **A Comissão Política Regional**

Orçamento de Estado 2004

«Este é um orçamento de consolidação de viragem e de esperança no futuro de desagravamento, verdade e credibilidade»

A discussão na especialidade do Orçamento de Estado para 2004, que decorreu no Plenário da Assembleia da República na quinta e sexta-feira passadas, teve momentos altos de controvérsia e emotividade, com a Oposição a atacar a proposta governamental de forma que podemos classificar de inoperante e desconexa, por vezes utilizando vocabulário pouco elegante, substituindo coerência crítica por truculência verbal.

Antes, o relatório recente do Banco de Portugal, que os socialistas interpretaram como crítica, foi comentado por Durão Barroso, a instâncias de jornalistas, rejeitando as alegações do PS, responsabilizando os socialistas pela crise e sublinhando que o relatório confirma que “não há alternativa” às medidas em curso.

“Aceito críticas de todos, menos dos que levaram o país a esta situação”, declarou o Primeiro-Ministro, que se encontrava no Palácio da Ajuda, no final da apresentação da biografia de Thomas Moore (veja última página).

“O relatório do Banco de Portugal diz que o défice seria maior se não houvesse recurso a medidas extraordinárias e diz que se deve prosseguir este caminho”, sublinhou o Primeiro-Ministro.

O chefe do executivo considerou que, em termos de política económica e financeira, a oposição “não apresentou propostas alternativas” para diminuir a despesa durante o debate do orçamento no parlamento.

“O que eu vi foi a oposição a fazer propostas para aumentar ainda mais a despesa”, afirmou Durão Barroso, repetindo que as medidas em curso representam “o caminho único e possível”.

Ainda sobre o relatório do Banco de Portugal, Durão Barroso lembrou que o documento “diz que se deve prosseguir este caminho” e que, numa eventual situação de inversão, “o défice tenderia a subir”.

Antes, tinha sido a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, a dizer que o relatório do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, “confirma que a política a seguir deve ser esta”.

“O Banco de Portugal diz que é correcto manter-se esta política e recorrer a receitas extraordinárias, para não contrair demasiado o investimento e para não aumentar a despesa”, frisou a ministra das Finanças.

Na quinta-feira, iniciou-se o debate na especialidade, sendo o primeiro “passo de armas” a respeito da redução da taxa de IRC de 30 para 25 por cento, que foi atacada, paradoxalmente, pelo PCP e PS, tendo, em resposta, o ministro da Economia, Carlos Tavares, afirmado que a redução do imposto “é uma medida que se pretende de médio prazo” e defendeu que esta constitui “um incentivo ao crescimento económico e ao emprego”.

A maioria parlamentar refutou também as críticas da oposição e declarou que haverá nova baixa do imposto sobre as empresas “na próxima legislatura” do actual Governo.

“Esta descida do IRC é um sinal para o sector empresarial, que ganha



quotas no exterior, faz o desenvolvimento da nossa economia e contribui para o aumento do rendimento das famílias”, sustentou o deputado Diogo Feyo.

“Em ano e meio, o Governo baixou em cinco por cento a taxa e na nova legislatura haverá nova baixa”, acrescentou.

O deputado Miguel Frasquilho defendeu que “a fiscalidade é das áreas em que os resultados positivos podem ser obtidos mais rapidamente” e questionou directamente a posição da bancada do PS: “Todos os outros países estão errados e o PS é o dono da verdade nesta matéria?”, disse, defendendo a medida do Governo e referindo como exemplo o que estão a fazer “*todos os outros países*” da Europa nesta matéria e “*as vantagens que nesse campo os países que vão entrar na União Europeia têm relativamente à economia portuguesa*”.

O debate prosseguiu até sexta-feira de manhã, em que foram feitas as declarações finais de fundo pelas diversas bancadas e encerrando o debate a Ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite.

A intervenção de fundo no encerramento do debate, pela bancada do PSD, foi feita pelo, líder Guilherme Silva, que após cumprimentar as personalidades da Mesa, Governo e Deputados, disse:

Guilherme Silva faz a intervenção de fundo pelo PSD

Chegámos ao fim do debate do Orçamento para 2004 e tenho a absoluta convicção de que estamos face a um instrumento fundamental, que marca o início da viragem e da recuperação da grave situação de degradação financeira e de estagnação económica em que o País foi deixado pelos Governos socialistas que nos antecederam.

Aliás, o debate deixou clara a posição e as opções do Governo e da maioria. Como deixou claro que o Partido Socialista não tem nada de novo a apresentar

Orçamento de Estado 2004



ao País como alternativa às políticas do Governo. O Partido Socialista persiste em defender exactamente o caminho que trilhou nos anos em que foi Governo e que não só mereceu a rejeição dos portugueses nas urnas, como deixou Portugal mergulhado numa das mais graves crises de sempre.

Este debate do Orçamento confirmou que o PS não foi capaz de dar um contributo positivo, de apresentar propostas novas, ou quaisquer alternativas consistentes que tenha para o País em matéria de política Orçamental e de Finanças Públicas.

O debate do Orçamento revelou-nos pois, e mais uma vez, um Partido Socialista velho e gasto, que só critica, que só diz mal, que nada de válido tem para apresentar aos portugueses. O Partido Socialista ainda não percebeu que, nesta atitude de mal dizer e de bota-abaixo, afunda-se cada vez mais a si próprio e descredibiliza a oposição, que lhe cabia liderar com elevação e eficácia, por força dos mais elementares imperativos democráticos.

Cada vez mais o PS aliena, de forma desastrosa, o papel da liderança da oposição que lhe competia, para o mais pequeno partido com assento parlamentar – o Bloco de Esquerda.

O Partido Socialista continua assim tão mau na Oposição quanto o foi no Governo. Por tudo isto importa, para além do ruído de fundo (e não mais do que isso!), que a Oposição provocou ao longo do debate, salientar as principais vertentes e objectivos do Orçamento para 2004:

É um orçamento de continuidade; é um orçamento de viragem; e é também um orçamento que confirma a profunda consciência social do Governo e da maioria.

Um Orçamento de continuidade na política de rigor, de contenção da despesa pública, de combate ao desperdício, de redução do défice e de consolidação orçamental. E ainda bem que o Governo, ainda bem que V. Exa. Senhor Primeiro-Ministro imprimiu um rumo ao País e não se desvia dele!

O pior que poderia haver para o País, para as ciclópicas tarefas que temos pela frente e para os grandes desafios, internos e externos, que se nos colocam, seria um Governo que andasse aos ziguezagues, ao sabor das pressões mediáticas ou dos interesses de grupos ou de corporações, como aconteceu até Abril de 2002.

Temos, pois, de nos congratular pela firmeza do Governo na política orçamental e na orientação das finanças públicas e que o apoio da maioria parlamentar, no debate que ora encerramos, acaba de reforçar.

Seria desastroso, confirmado que está pelas mais insuspeitas instâncias internacionais e pelo Banco de Portugal, o acerto e a correcção da opção tomada, que nos desviássemos agora, do caminho difícil, mas seguro, que temos vindo a seguir.

Senhora Ministra das Finanças : acusam-na, as oposições, de obsessão na redução do défice, por alegada exigência da União Europeia, embora agora eventualmente flexibilizada.

Senhora Ministra: V. Exa. já explicou que, independentemente das regras da União Europeia, essa é a opção adequada à situação financeira do País e à correcção dos erros que vinham do passado.

Mas permita-me que lhe diga que mau para o País, não é a sua saudável obsessão de redução do défice. Mau para o País, como se viu, é a doentia obsessão socialista de, a todo o custo, aumentar o défice!

Aliás, para avaliar da correcção de uma e de outra das posições, basta ter presente que foi com a opção do aumento desregrado do défice por parte dos Governos socialistas, que Portugal se viu a braços com um processo instaurado

pelas instituições comunitárias, por incumprimento dos limites fixados pela União Europeia. E foi agora, com a política de rigor, de contenção e de consolidação orçamental do actual Governo, reforçada com este Orçamento, que a Comissão decidiu retirar a ameaça de pesadas sanções a Portugal e afastar o risco da inerente perda de fundos comunitários.

Está, pois, à vista qual dos dois caminhos – o dos socialistas ou o do actual Governo – é o melhor para o País e para a credibilidade de Portugal.

«Este é um orçamento de viragem»

Aliás, pronunciando-se recentemente sobre a política prosseguida pelo actual

Governo e sobre as razões que a determinaram, o Comissário Pedro Solbes foi claro ao filiar no passado recente as nossas actuais dificuldades económicas ao referir que elas resultaram do anterior excessivo endividamento “tanto no sector público como no sector privado e uma perda de competitividade”. Acrescentando: “o que se está a produzir é um ajustamento e, como ocorre nestes casos, esse ajustamento teve um impacto na economia”. “Em todo o caso, creio que esse ajustamento deu bons resultados e Portugal é um País mais competitivo e está em muito boas condições para crescer no futuro”. Esta é a diferença entre o discurso isento de instâncias e personalidades insuspeitas e o discurso sectário das oposições.

Senhor Presidente, senhor Primeiro-Ministro, senhores membros do Governo, senhoras e senhores Deputados: este é também um orçamento de viragem. Estão aí os sinais de retoma e de viragem da economia. Como estão aí as medidas que tendem a propiciar mais investimento e maior desenvolvimento económico e melhoria das condições das empresas, como é a significativa descida da taxa do IRC, de 30% para 25%.

Mas não se pode ser cego nas opções do investimento. É, naturalmente, com mais investimento de qualidade, com investimento reprodutivo, que temos



também mais emprego, mais postos de trabalho.

O combate ao desemprego não se faz por decreto, nem pela opção fácil, mas ilusória, do investimento não reprodutivo ou dos subsídios a esmo e sem critério.

Aposta-se no investimento de qualidade e reprodutivo. E apesar das dificuldades garante-se um aumento das dotações para as Autarquias da ordem dos 3%, como se lhes confere compensação pela redução da sisa e assegura-se a possibilidade de, se necessário, recorrerem ao endividamento para co-financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários.

É com estas medidas que se assegura o nosso desenvolvimento económico sustentado e o combate ao desemprego, pois, investir é desenvolver a economia, é criar emprego, é propiciar a nossa convergência com os países mais avançados da Europa.

Mas ainda relativamente ao acerto das nossas opções, e à inexistência de outra alternativa às políticas que adoptámos, temos, a recente análise à situação económica em 2003 feita pelo Banco de Portugal, que tem sido tão deturpada e adulterada e que, apesar de não incluir os números e a evolução positiva do último mês, não deixa de registar interessantes asserções que têm sido esquecidas ou subalternizadas. Vale pois a pena reproduzir aqui algumas passagens daquele documento pelo seu rigor e fiabilidade. Refere-se, pois, no Boletim do Banco

Orçamento de Estado 2004

de Portugal, relativamente aos antecedentes próximos e à situação actual da nossa economia o que passo a citar:

«A acentuada redução das taxas de juro na segunda metade da década de 90, em conjugação com uma política orçamental inadequada, induziu crescimentos muito significativos de consumo e do investimento privados, conduzindo a um grande aumento do endividamento dos agentes económicos residentes e, conseqüentemente, a uma forte deterioração do défice externo. O desequilíbrio das necessidades de financiamento do sector privado (famílias e empresas) atingiu a sua expressão máxima em 1999/2000 e tem vindo a ser corrigido desde então. [...] O valor projectado para défice conjunto das balanças corrente e de capital em 2003, entre -3,25 e -2,25 por cento do PIB, compara com -5,6 por cento em 2002 e um máximo de -8,9 por cento em 2000.

[...] A intensificação do ajustamento endógeno da situação financeira do sector privado é um desenvolvimento favorável, apesar de estar associado a um contributo negativo para o crescimento do produto. Teria sido preferível que ele estivesse a ocorrer com uma envolvente externa mais favorável, mas era insustentável manter por mais tempo um crescimento da procura interna financiado por um aumento do endividamento das famílias e empresas ao mesmo ritmo do passado.»

E mais adiante refere: «... o esforço de consolidação orçamental terá que ser intensificado. Apesar dos seus efeitos negativos sobre o crescimento no curto/médio prazos não é alternativa adiar o esforço de consolidação orçamental, porque prolongar a situação actual aumentaria a probabilidade de vir a ocorrer no futuro uma correcção mais abrupta e bastante mais penosa, com conseqüências gravosas para a economia portuguesa.»

Salienta ainda o Banco de Portugal a relevância e o aumento das exportações bem como o crescimento das receitas nominais de turismo que registaram um aumento de 3,4% face ao período homólogo, apresentando uma aceleração quando comparado com o ano anterior.

Mas este é também um Orçamento de elevada preocupação social. Na verdade, apesar das dificuldades financeiras e económicas, foi possível fazer o maior aumento dos últimos anos das pensões sociais. O Orçamento da segurança social é o mais elevado dos últimos cinco anos. E só não foi possível ir mais longe, neste âmbito, porque o desperdício e o esbanjamento dos recursos públicos por parte dos governos socialistas, privaram-nos de meios que podiam ser agora afectos à política social, em benefício dos mais carenciados.

É preciso lembrar que a esquerda, que tem a arrogância de reclamar para si o monopólio da sensibilidade social e da solidariedade, não fez, em tempo de desafogo económico, aumentos de pensões tão elevados, como a maioria fez agora, em tempo de dificuldades, dificuldades essas em grande parte provocadas por essa mesma esquerda. Essa esquerda que tanto enfatiza o social no discurso, mas que tanto degrada e frustra o social na acção.

Trata-se de um Orçamento com objectivos claros e metas ambiciosas.

Não se abandonou, como não se podia abandonar, o objectivo da consolidação orçamental. Efectivamente, este é um Orçamento de consolidação. E a consolidação é essencial para promover a recuperação do País.

Este é um bom Orçamento, de verdade, de desagramento fiscal e de credibilidade.

Nenhuma pessoa responsável nega, hoje em dia, duas evidências fundamentais: a primeira é que a consolidação, essencial depois de anos de desvio e de descalabro, está finalmente a ser feita; em segundo lugar, que não há alternativa séria e eficaz a este caminho.



Por isso, este é um bom Orçamento. Um Orçamento de verdade, de rigor e de credibilidade.

Importa também salientar o objectivo da redução dos impostos. Este é um Orçamento de desagramento fiscal. Baixa o IRC. É fundamental para as empresas. É importante para a competitividade do nosso sistema fiscal. Mas é sobretudo decisivo para atrair mais investimentos para Portugal. Nesse sentido, esta descida do IRC é boa para as empresas, para os trabalhadores, para o combate ao desemprego e para a função da justiça social.

Por isso, este é um bom Orçamento. Um Orçamento de verdade, de desagramento fiscal e de credibilidade.

Tem o Orçamento ainda como objectivo o investimento de qualidade. Acabou o tempo do esbanjamento de recursos. Terminou a época do fartai vilanagem. Chegou ao fim o período do desperísimo inútil e do desperdício inaceitável.

Este Orçamento aposta no investimento de qualidade. Não alimenta gastos inúteis que só contribuem para agravar o nosso endividamento, a nossa dependência do exterior, a nossa competitividade.

Por isso, este é um bom Orçamento. Um Orçamento de verdade, de investimento de qualidade, de credibilidade.

Tendo objectivos claros, este Orçamento indicia uma nova política económica, uma política com metas ambiciosas.

Desde logo a meta do futuro. Esta nova política tem uma visão de médio prazo. Não cai na tentação sedutora do curto prazo. Tem uma visão estruturante do futuro. Não se reduz a qualquer tentação do imediato, do premente e do curto prazo, das sondagens, das pressões mediáticas e dos interesses.

Esta é uma diferença essencial. Os socialistas têm da política uma visão curta, imediatista e oportunista. Nós temos da política uma visão larga, com sentido estratégico e virada para o futuro.

É isto o que os portugueses querem. Ambição e segurança em relação ao futuro. Por isso, os portugueses sabem: falando com verdade e agindo com firmeza, os sacrificios de hoje são a alavanca para novos benefícios no futuro. Já com indícios para 2004 e resultados previsivelmente seguros em 2005 e 2006. É assim que se garante um futuro melhor para todos os portugueses.

Ainda hoje a informação do Instituto Nacional de Estatística corrobora o acerto das opções políticas do Governo, designadamente no tocante à evolução da indústria transformadora, do mercado de trabalho e das exportações.

Mas esta nova política económica tem uma outra meta ambiciosa. A meta da justiça social. Reduzir os impostos e aumentar as pensões de reforma é seguramente a melhor forma de combater a pobreza e a exclusão social, é seguramente o melhor instrumento para promover a justiça e a consciência social.

Orçamento de Estado 2004

Os portugueses ficam a saber duas coisas essenciais: com esta nova política económica vamos chegar a 2006 com impostos mais baixos. Sobre as empresas e sobre as pessoas. Ao nível do IRC e ao nível do IRS.

Podem alguns falar de eleitoralismo. A esses respondemos: para baixar os impostos, para fazer o desagravamento fiscal há primeiro que ter a coragem de cortar a direito, de suprimir o desperdício, de combater a despesa inútil, despicienda e desnecessária.

Com esta nova política económica milhões de pensionistas, de idosos e de reformados vão ver, já em 2006, as suas pensões mais baixas colocadas ao nível do salário mínimo nacional. É um objectivo histórico. Um objectivo que vamos cumprir. Um objectivo que já estamos gradualmente a cumprir.

A verdade é só uma: uns falam de justiça social. Nós fazemos a justiça social. É a diferença que vai entre falar e fazer. É o traço distintivo entre a



verdade e a hipocrisia, entre o rigor e a demagogia, entre a credibilidade de quem hoje governa e a irresponsabilidade de quem, nos últimos anos deixou o País chegar ao estado a que chegou.

Uma terceira meta informa esta nova política económica – o desígnio da competitividade, a meta ambiciosa de voltarmos a ser um País verdadeiramente europeu no crescimento e no desenvolvimento.

A este respeito somos igualmente claros: os anos de governação socialista afastaram Portugal da Europa. Foram anos perdidos, foram oportunidades desperdiçadas.

«Somos um País pequeno. Mas recusamo-nos a ser um País irrelevante»

Os anos que se seguem vão firmar a orientação contrária. Chegarmos ao fim deste mandato com o País a voltar a convergir com a Europa. A crescer acima da Europa. A competir de igual para igual com a Europa.

Também aqui a ambição é o lema. Há que apostar nos portugueses. Há que acreditar nos homens e nas mulheres que fazem a Nação Portuguesa. Há que confiar que um País com oito séculos de História não pode estar condenado ao atraso, à penúria e ao empobrecimento.

O que nos envergonha não é a nossa dimensão territorial. É sim a irrelevância a que os socialistas nos pretendiam condenar.

Somos um País pequeno. Mas recusamo-nos a ser um País irrelevante.

Portugal voltará, já nesta década, a ser um País credível, um País que conta, um País respeitado, um País que se orgulha de si próprio, que confia no seu presente, que se mobiliza em torno do futuro.

Senhor Presidente, senhor Primeiro-Ministro, senhores membros do Governo, senhoras e senhores Deputados: este debate orçamental foi, da parte do Governo e da maioria, o exercício e a afirmação de uma nova política económica. Mas foi também um debate com clareza política.

De um lado, um Governo credível e um Primeiro-Ministro corajoso e determinado. Do outro lado, uma oposição vazia de ideias e um líder da oposição frágil, inconsistente e inconsequente.

O País sabe que tem hoje um Governo a sério. Pode concordar ou discordar. Mas sabe que hoje há um rumo, que o Governo tem uma estratégia e que essa estratégia não só começa a dar resultados como é reconhecida pelas mais altas

instâncias internacionais como a única adequada a sairmos da situação difícil em que fomos colocados e a assegurar o nosso desenvolvimento sustentado.

Os portugueses sabem que Portugal tem hoje um Primeiro-Ministro que exerce democraticamente o poder, não um Primeiro-Ministro que faz de conta; um Primeiro-Ministro que tem coragem de afirmar Portugal na Europa e no Mundo; um Primeiro-Ministro que assume as suas responsabilidades, não um simulacro de Primeiro-Ministro, que foge às suas obrigações e vira as costas aos seus deveres e às suas responsabilidades. Por isso, o País acredita, confia e tem capacidade de se mobilizar para vencer as dificuldades e ganhar o futuro.

O que o País não tem é uma oposição a sério e muito menos um líder alternativo da oposição. Esta oposição não tem uma ideia. Tem um conglomerado de opiniões. Esta oposição não tem um projecto. Enreda-se num emaranhado de intervenções avulsas. Esta oposição não oferece uma visão de futuro para Portugal. Pelo contrário, exila-se no passado, fecha-se sobre si própria, consome-se na opacidade, no vazio e na contradição.

Temos hoje um líder da oposição que se refugia no curto prazo. Nem sequer sabe se chega a 2006. Muito menos afirma o compromisso, o desejo e a coragem de ser julgado pelos eleitores no fim da legislatura.

Esta é a verdade. A verdade política que os portugueses conhecem. A única verdade que conta.

Por nós, estamos aqui para executar uma nova política e para assumirmos o julgamento sereno dos portugueses em 2006. É assim que deve ser.

Por isso, o País sabe que no final da legislatura este Primeiro-Ministro assumirá a responsabilidade de dar a cara, de assumir os resultados da sua acção governativa, de se submeter ao julgamento dos portugueses. Bom seria que o líder da oposição pudesse fazer e dizer o mesmo.

Este é um traço distintivo essencial. Esta é a questão que faz toda a diferença.

Porque é esta diferença que nos reforça hoje a responsabilidade – a responsabilidade de sermos um referencial de estabilidade, de segurança e de progresso, que só a actual coligação de Governo é capaz de conferir aos portugueses.

É assim que se encara o presente. É assim que se enfrenta o futuro: com alma, com ambição, com auto-estima, com confiança e com esperança.

É esta, por Portugal, com convicção e com certeza, a postura da maioria!

A Ministra de Estado e das Finanças encerra o debate com tranquilidade, elegância e algum bom-humor, mas com a dureza necessária no contraditório

Manuela Ferreira Leite afirmou: *O final da discussão do OE/2004 é um momento apropriado para fazer um balanço e muito especialmente uma análise*



serena sobre o que significa este orçamento como instrumento de política económica e quais os efeitos que dele se espera na actividade económica do País.

Para esta análise interessa recordar que apenas há um ano e meio o País enfrentava um gravíssimo desequilíbrio externo. E esse desequilíbrio externo tinha urgentemente de ser corrigido, não por motivos de ruptura financeira (só porque estávamos em moeda única), mas pela perda de competitividade a que estava a ser conduzido o País.

Orçamento de Estado 2004

Entre 1996 e 2001, essa perda de competitividade foi superior a 15%. Um País com esta perda de competitividade não tem futuro. Ninguém é capaz de negar estes factos, nem ninguém é capaz de negar que a causa desta perda de competitividade tinha origem, fundamentalmente, no forte desequilíbrio orçamental que se vinha verificando nos últimos anos. Estes factos são indelmentáveis e inquestionáveis. Não são invenções.

Por isso, era necessário intervir sem hesitações se queríamos que o País saísse desta situação insustentável.

Esta situação e a sua cura não tem comparação, nem pode ter com nenhuma outra situação anterior porque é a primeira vez que um Governo enfrenta uma situação desta natureza em moeda única, ou seja, sem os instrumentos de política cambial e monetária que anteriormente foram eficazmente utilizados em situações semelhantes. É uma situação sem paralelo em que a correcção tem de ser feita apenas por recurso à política orçamental.

E em que é que consiste esta política orçamental?

Consiste em reduzir a taxa de crescimento do endividamento do sector público, fazendo-o na medida do possível pela contenção da taxa de crescimento da despesa pública.

Ao fim de um ano e meio, é legítimo ponderar se está ou não está a ser correcta a opção tomada. A avaliação terá de ser feita pelos resultados alcançados.

O desequilíbrio externo que representava em 2001 cerca de 9% do PIB, apresenta-se hoje inferior a 4%.

Ora, esta alteração, esta melhoria do desequilíbrio externo a que nos propusemos não foi consequência da política cambial porque esta não existe. Não foi consequência da política monetária (que não está nas nossas mãos influenciar) porque esta até evoluiu de forma inversa à que seria aconselhável em situações desta natureza, isto é, a taxa de juro devia ter aumentado e esteve permanentemente a baixar.

Só pode ter sido consequência da política orçamental e das medidas tomadas do lado da oferta, a menos que agora também alguém se lembre de afirmar que a correcção do desequilíbrio externo se está a processar de forma espontânea.

Senhores Deputados, é o resultado da política que desmente a afirmação de que não está a ser feita a consolidação orçamental.

Se ela não estivesse a ser feita, quais os motivos porque se estava a corrigir



O desequilíbrio externo reduziu-se em mais de metade apenas em um ano e meio.

É um facto indelmentável e inquestionável. É resultado de uma política real e não simulada para ter efeitos tão nítidos num curto prazo de tempo.

Mais: numa altura em que a Europa começa a dar sinais de retoma, também em Portugal, os indicadores económicos, tanto qualitativos, como quantitativos apontam no sentido da recuperação. É de resto o que dizem a maioria dos economistas.

O sinal negativo é o desemprego, de resto, infelizmente, um dos sintomas de que a correcção dos desequilíbrios está a ser feita.

Por isso, quando o PS invoca o desemprego demonstra a sua total irresponsabilidade porque os responsáveis socialistas sabem, sabiam e sempre souberam que quando chegasse a altura de corrigir as consequências da sua desastrada política económica, isso se faria sempre com aumento de desemprego, como tantas vezes dissemos nesta Assembleia.

Mas nessa altura só se preocuparam com o curto prazo, com a popularidade fácil, porque por certo já tinham decidido que quando o momento da verdade se aproximasse eles não ajudariam a resolver o problema que criaram, porque fugiriam.

É como um automobilista que atropela alguém e em vez de o socorrer, foge a grande velocidade e ainda por cima é capaz de ter a desfaçatez de se juntar aos que reclamam contra os atropelamentos.

Senhor Presidente, senhor Primeiro-Ministro, senhores Deputados, perante os factos concretos do início da recuperação económica e de um desequilíbrio externo quase corrigido que só pode ser consequência de uma política orçamental correcta, a oposição criou um slogan: «Não há consolidação orçamental.»

Sobre este facto direi que não sou capaz de discernir se é por ignorância económica se por desonestidade política. Provavelmente é pelas duas razões.

Mas de uma coisa tenho a certeza. Esta afirmação nem é correcta nem é séria.

Para justificar este slogan, criaram um conceito próprio e original de medida de consolidação orçamental e que é a evolução do défice não considerando as receitas extraordinárias.



o desequilíbrio externo? Não nos vão dizer concerteza que é o motor da Europa que nos está a ajudar! Pelo contrário, todas as variáveis externas têm sido no sentido de contrariar este resultado, nomeadamente, o sentido da evolução da taxa de juro, como já referi.

O desequilíbrio externo reduziu-se em mais de metade apenas em um ano e meio. É um facto indelmentável e inquestionável

Orçamento de Estado 2004

A Oposição como admiradora do Dr. Salazar?

Este conceito a que nenhum tratado de Finanças Públicas faz referência é o seu lema. Sim, porque eu conheço a consideração das receitas extraordinárias, mas sempre ligadas às despesas extraordinárias, isto é, receitas que não se repetem e também despesas que não se repetem.

É o conceito de equilíbrio orçamental defendido e aplicado pelo Dr. Salazar. Ironia do destino! Os Senhores Deputados da oposição de esquerda tornaram-se “fans” dos conceitos orçamentais do Dr. Salazar!

Eu, desde já aqui declaro que não sou “fan” de semelhante conceito, mas registo que o vosso retrocesso é bem mais grave do que à primeira vista aparenta.

Mas justiça seja feita que não há perigo de alguma vez o PS utilizar estes conceitos, porque o PS no Governo tem uma política orçamental inalterada. Não olha a despesas, é só gastar. Nem pensa como pagar. Nem com impostos, nem com receitas extraordinárias. Atira para as gerações futuras a resolução do problema.

Existe exemplo mais elucidativo do que o que fizeram com as SCUT's? Durante o debate orçamental nunca responderam a esta questão. Em 2031 ainda estaremos a pagá-las!!!

O que conta para saber se há ou não consolidação orçamental é a evolução dos valores dos défices comparáveis, isto é, expurgados dos elementos que decorrem do ciclo de actividade económica, o chamado défice estrutural.

É esse valor que serve de base a qualquer análise séria e o que é oficialmente considerado pelas instâncias oficiais para avaliar as políticas orçamentais dos diferentes países.

Essa evolução é a seguinte: 2001- 4.9%; 2002 - 2.7%; 2003 - 1.7%

Despesas com pessoal: 2001 - 8%; 2003 - 0.8%

Esta análise diz que há consolidação orçamental. Esta análise diz que o



afirmação própria do Senhor de La Palisse, mas que não tem qualquer conteúdo técnico.

Os Senhores dizem: o nível do endividamento teria sido diferente.

E eu digo: Teria sido, mas não foi.

E o que conta é o que é, e não o que teria sido.

O PS já não discute a realidade, mas entretêm-se a imaginar o que ela seria, caso tivessem ocorrido factos que não ocorreram.

É claro que eu entendo o que é que a oposição quer dizer com esta frase: quer dizer que gostaria, que desejaria que a despesa pública se tivesse reduzido mais, de modo a não ser necessário o recurso a receitas extraordinárias.

Mas gostavam que se tivesse reduzido mais, desde que se tivesse aumentado as despesas de investimento, que se tivesse aumentado os vencimentos dos funcionários públicos, que não se tivesse congelado a admissão na função pública, se tivessem aumentado mais as pensões, ou seja, desde que se tivesse aumentado a despesa - e não que se tivesse reduzido a despesa.

Assim sendo, a consolidação orçamental do PS passa obviamente pelo aumento de impostos e de dívidas. Mas senhor Presidente, senhores Deputados, o que acho extraordinário, o que me deixa perplexa é que sejam aqueles que são directa ou indirectamente responsáveis pela actual situação do nível da despesa pública, os que provocaram esta situação ou pelo menos com ela pactuaram pelo seu silêncio, se apresentem agora como arautos da necessidade de conter a despesa pública!

Não se contentam com os valores do défice; o que querem é que em ano e meio se elimine a despesa para que não sejam necessárias receitas extraordinárias. Mas não dizem quais as medidas que propõem para tal fim.

Senhores Deputados: nós tivemos a coragem de tomar medidas que poucos anos de tomaram.

Há quantos anos o número de funcionários públicos não decrescia? Há mais de dez!

Há quantos anos se aplicou uma verdadeira política de moderação dos salários, promoções e reclassificações na função pública? Ninguém se lembra!

Esses arautos estão e defender o despedimento dos funcionários públicos?

Nós não defendemos.

Os arautos da crítica ou não sabem do que estão a falar, ou estão a falar de má fé.

Da mesma forma que não defendemos o abandono das prestações sociais,



aumento do endividamento do sector público, que é a variável que tem influência no desequilíbrio externo, não tem ultrapassado os limites que o poderiam agravar e nessa medida prejudicar a nossa competitividade.

É esse o nosso objectivo que não desistiremos de prosseguir a despeito dos vossos discursos com slogans sem conteúdo.

Dizer que o défice teria sido diferente sem receitas extraordinárias é

Orçamento de Estado 2004

nem ouvi ainda ninguém defender tal tese.

Ou seja, os arautos da crítica ou não sabem do que estão a falar, ou estão a falar de má fé.

Senhor Presidente, senhor Primeiro-Ministro, senhores Deputados, o Governo, os partidos que o apoiam e principalmente o País, têm todos os motivos para se regozijar.

Têm motivos para se regozijar porque este Orçamento mantém uma linha de rumo correcta, traçada quando o Governo tomou posse. É uma linha de rumo que atende ao que realmente interessa, olhando para o País numa perspectiva de médio e longo-prazos e não cedendo a tentações fáceis e subordinadas a lógicas unicamente de curto-prazo.

Têm motivos para se regozijar porque este Orçamento prossegue a correcção dos principais desequilíbrios macroeconómicos com que o País se vinha confrontando, externo e orçamental.

Sem essa correcção o País não poderia ansiar voltar a trilhar a via do crescimento económico e da aproximação aos níveis de vida médios da União Europeia – interrompida já desde 1997.

Têm motivos para se regozijar porque este Orçamento continua por essa via a atacar o principal problema com que se debate a economia portuguesa, que é a perda de competitividade.

Têm motivos para se regozijar porque este Orçamento prossegue a preparação do País para a lógica de acrescida concorrência e mais exigente ambiente competitivo que resultará do maior e mais desafiador alargamento da História da União Europeia.

Têm motivos para se regozijar porque este Orçamento vai na linha da redução do peso excessivo, tutelar e asfixiante do Estado na economia, na sociedade e na vida portuguesas. Uma presença do Estado que o reconduz muitas vezes a fazer mal aquilo que não lhe compete em lugar de fazer bem



Senhor Presidente, senhores Deputados, o Governo tem consciência que esta Lei do Orçamento para 2004 que a Assembleia da República acaba de aprovar é exigente e não promete facilidades.

A via escolhida da consolidação orçamental é plena de escolhos, circunstância que não assusta este Governo, ciente de que se encontra no caminho certo.

Na sua execução o Governo dará particular atenção a duas questões que aqui quero referir de forma sintética, uma do lado da despesa, outra do lado da receita.

Em primeiro lugar, no lado da despesa, quero mencionar a reforma da Administração Pública.

Em segundo lugar, do lado da receita, quero sublinhar aqui que o Governo continuará, conforme tem sido o caso até aqui, a colocar toda a sua energia na luta contra a fraude e evasão fiscais, por motivos que são sobretudo de natureza ética.

Não temos dúvidas que vamos muito em breve ter condições para confirmar plenamente a nossa expectativa e que não tinham razão os profetas da desgraça, os conservadores de espírito que sempre querem que tudo fique na mesma e os verdadeiros descrentes da capacidade dos Portugueses de fazerem face com sucesso, demonstrando coragem e determinação, aos desafios que em momentos decisivos lhes são propostos.

Os portugueses, as famílias, podem confiar. Os sacrifícios que lhes pedimos justificam-se. A política está correcta. Os seus efeitos estão a abrir o caminho para a redução dos impostos.

Podemos encarar com esperança o futuro.

E o melhor sintoma do sucesso que se avizinha é a extrema agressividade da oposição, especialmente do PS, azeda e completamente desorientada, intranquila, com um discurso destrutivo, que se explica porque sabem que os portugueses vão sentir os efeitos benéficos da nossa política.

A intranquilidade é tal que o líder do principal Partido da oposição já admitiu que não ganha as eleições em 2006.

A essa postura desorientada, o Governo contrapõe serenidade, tranquilidade, firmeza e convicção de quem tem uma visão do médio prazo para o País que serve os interesses de Portugal.

Muito obrigada.

Foi com os deputados das bancadas do PSD e do CDS a aplaudir, de pé, a intervenção de Manuela Ferreira Leite, que o Presidente da Assembleia deu por terminado o debate e passou à votação, que deu os resultados já esperados: o Orçamento passou com os seus votos favoráveis, a oposição optou, como aliás tem sido a sua postura habitual, pela negativa. – **P.L., Lusa, Gab. Press. MF e GPPSD**



aquilo que é sua responsabilidade inalienável.

Têm motivos para se regozijar porque este Orçamento permitirá iniciar o caminho do desagravamento fiscal para as empresas e para as famílias, diminuindo assim a respectiva carga fiscal. Como é evidente esse peso excessivo da carga fiscal. é penalizador e desincentivador do investimento e da poupança, e por conseguinte, do crescimento económico e da criação de emprego.



CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Carregal do Sal, a realizar no 13 de Dezembro de 2003, pelas 18h00, na sede da concelhia do Partido, sita no Edifício de S. Brás, junto À antiga Câmara Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1.Período antes da ordem do dia;
- 2.Análise da situação Político-partidária do Concelho;
- 3.Apreciação da actuação da Comissão Política do Concelho;
- 4.Outros assuntos de interesse.

NÚCLEO DO CANIDELO (VILA NOVA DE GAIA)

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, venho por este meio convocar o Plenário do Núcleo da freguesia de Canidelo, Concelho de Vila Nova de Gaia, a realizar no dia 27 de Dezembro de 2003, no período compreendido entre as 21h00 e as 24h00, na sede concelhia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, Vila Nova de Gaia, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Nota: A eleição referida, decorrerá em urna aberta, no período compreendido entre as 21h00 e as 24h00.

NÚCLEO DE MAFAMUDE (VILA NOVA DE GAIA)

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, venho por este meio convocar o Plenário do Núcleo da freguesia de Mafamude, Concelho de Vila Nova de Gaia, a realizar no dia 27 de Dezembro de 2003, no período compreendido entre as 21h00 e as 24h00, na sede concelhia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, Vila Nova de Gaia, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Nota: A eleição referida, decorrerá em urna aberta, no período compreendido entre as 21h00 e as 24h00.

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convoca-se a Assembleia de Secção de Murça, para reunir no dia 27 de Dezembro de 2003, pelas 14h00, na sede concelhia do PSD de Murça, sita na Praça 5 de Outubro, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão

Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem legalmente o substitua, na sede do partido, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.As urnas estarão abertas das 14h00 às 18h00.

SOBRAL DE MONTE AGRÃO

Ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 71º dos Estatutos Nacionais do PSD e no ponto 2 do Artigo 15º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do Sobral de Monte Agraço, para reunir no próximo dia 5 de Janeiro de 2004 (segunda-feira), a partir das 21h00, na sede concelhia do PSD, sita no Largo Gago Coutinho, Sobral de Monte Agraço, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede concelhia aberta para o efeito naquele dia, entre as 21h30 e as 24h00. As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

SOBRAL DE MONTE AGRÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sobral de Monte Agraço, para reunir no próximo dia 5 de Dezembro de 2003 (sexta-feira), a partir das 21h00, na sede concelhia do PSD, sita no Largo Gago Coutinho, Sobral de Monte Agraço, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Política.

MIRANDA DO CORVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no dia 8 de Janeiro de 2004, pelas 21h30, a realizar na sede concelhia, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1.Eleição da Mesa de Secção;
- 2.Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas por um período mínimo de duas horas.

FERREIRA DO ALENTEJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, nomeadamente do seu artigo 71, ponto 3, convoca-se a Assembleia de Secção de Ferreira do Alentejo, para reunir próximo dia 27 de Dezembro de 2003, pelas 14h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção.

Nota: O acto eleitoral decorrerá na

Ex-sede local do PSD, entre as 14h00 e as 19h00, excepto se antes tiverem votado todos os militantes com capacidade eleitoral.As listas concorrentes, apresentadas nos termos do Regulamento Eleitoral, podem ser entregues na sede distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção, para reunir no dia 12 de Dezembro de 2003, pelas 20h30, na Sede da Secção do PSD de Abrantes, sita na Rua de São Pedro, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição dos Delegados ao XVII Congresso Nacional Extraordinário da JSD.

NOTA:As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do dia anterior, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem ao abrigo dos Estatutos possa substituir, na Sede do PSD de Abrantes.As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos.As urnas estarão abertas das 21h30 às 22h30.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Setúbal a realizar-se no próximo dia 12 de Dezembro de 2003, pelas 19h00, na Sede da JSD de Setúbal, sita Rua Rodrigues de Freitas, 23, 1.º Esquerdo, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição de dois Delegados para o XVII Congresso Nacional Extraordinário da JSD.

NOTA:O período eleitoral decorrerá entre as 19h00 e as 23h00 e todas as listas deverão ser entregues até às 24h00 do dia anterior na Sede da Secção da JSD de Setúbal.

MANGUALDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e das disposições regulamentares aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Mangualde, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2003 (Sábado), pelas 15h30, no Hotel Sra do Castelo, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos delegados ao XVIII Congresso Nacional da JSD de Revisão Estatutária

NOTA:As listas candidatas aos actos eleitorais constantes na presente Convocatória, deverão ser constituídas nos termos dos Estatutos Nacionais da

JSD e do Regulamento Eleitoral. As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção até às 24h do dia anterior ao da realização do Plenário Eleitoral. As urnas estarão abertas das 15h30 às 17h30.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD de Torres Vedras, para o próximo dia 13 de Novembro de 2003, pelas 15h30, na Sede do PSD de Torres Vedras, sita na Rua 25 de Abril, 28, 3.º, em Torres Vedras, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário da Secção, Eleição da Comissão Política de Secção e dos Delegados à Assembleia Distrital da JSD Área Oeste.

NOTA: As listas devem ser entregues ao senhor Presidente da Mesa do Plenário Distrital, até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral. Estas deverão estar conforme os Estatutos Nacionais da JSD e seus regulamentos. A urna abrirá às 15h30 e encerrará às 16h30.

CONSELHO DISTRITAL da ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Distrital da JSD Área Oeste, para o próximo dia 14 de Dezembro de 2003, pelas 15h00, na Sede do PSD de Torres Vedras, sita na Rua 25 de Abril, 28, 3.º, em Torres Vedras, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1-Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
- 2-Aprovação da proposta de Revisão Estatutária.

Nota: As listas devem ser entregues ao senhor Presidente da Mesa do Plenário Distrital, até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral. Estas deverão estar conforme os Estatutos Nacionais da JSD e seus regulamentos. A urna abrirá às 15h30 e encerrará às 16h30.

CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD Cadaval, para o próximo dia 04 de Dezembro de 2003, pelas 21h00, na Sede do PSD de Cadaval, sita na Rua D. Fernando, 12, Freguesia e Concelho do Cadaval, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3 .Eleição dos Delegados de Secção da JSD Cadaval ao Plenário Distrital da JSD Área Oeste.

NOTA: As listas devem ser entregues ao senhor Presidente da Mesa do Plenário Distrital, até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral. Estas deverão estar conforme os Estatutos Nacionais da JSD e seus regulamentos. A urna abrirá às 21h00 e encerrará às 22h00.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento do XVII Congresso Nacional da JSD, convoco o Plenário de Secção de Gondomar, para reunir no dia 13 de Dezembro de 2003, pelas 20h00, na respectiva Sede, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados de Secção ao XVII Congresso Nacional da JSD.

NOTA: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 12 de Dezembro na Sede de Secção da JSD de Gondomar. As urnas estarão abertas até às 24h00.

ALMEIRIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Almeirim, para reunir no dia 20 de Dezembro de 2003 (Sábado), pelas 15h00, na Sede, sita na Rua dos Ferreiros, 33, Almeirim, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1-Eleição dos Delegados ao Congresso da JSD;
- 2-Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital;
- 3-Informações;
- 4-Análise da Situação Política.

NOTA:

1-As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção de Almeirim;

2-As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% dos militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos;

3-Os primeiros 30 minutos seguintes ao período da contagem do quórum servirão para a apresentação de listas, sendo que posteriormente a urna permanecerá aberta por um período de 1 hora. Assim sendo a urna estará aberta das 15h30 às 16h30.

4-Requisitos para ser Congressista: Só poderão ser eleitos Congressistas os militantes inscritos na JSD há pelo menos um ano.

5-Eleição para Congressista: Os Congressistas serão eleitos em lista fechada por sistema proporcional e método de Hondt.

6-As listas deverão ser compostas por um número mínimo de candidatas efectivos igual ao número de Congressistas a eleger, e devem incluir suplentes em número não superior ao de efectivos, e não inferior a um quarto destes.

CARREGAL do SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Carregal do Sal, para uma reunião a realizar no próximo dia 13 de Dezembro de 2003, pelas 15h00, na Sede da Concelhia do PSD, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição do Delegado ao Congresso da Revisão Estatutária.

NOTA: a)As listas deverão ser

entregues ao Presidente da Mesa ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na Sede Concelhia do PSD, até às 24h00 do dia 12 de Novembro, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD. b)As urnas estarão abertas das 15h30 às 16h30.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção de Oeiras da JSD, para reunir no dia 17 de Dezembro de 2003 (Quarta-feira), pelas 20h30, na Sede da supracitada Secção, Largo Avião Lusitânia, n.º 15, em Oeiras, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1-Eleição dos Delegados ao XVII Congresso Nacional da JSD;
- 2-Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Lisboa da JSD.

NOTA: As listas, devem ser entregues até às 24h00 do dia 16 de Dezembro de 2003, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem legalmente o substitua, na Sede da Secção de Oeiras, obedecendo aos Estatutos Nacionais e ao Regulamento Eleitoral. As urnas estarão abertas pelo período mínimo de duas horas.

ILHA- FAIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da JSD, para reunião da Assembleia de Ilha, a realizar no próximo dia 19 de Dezembro de 2003, pelas 20h30, na Sede do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1-Análise da Situação Política;
- 2-Eleição dos Órgãos de Ilha;
- 3-Outros assuntos.

NOTA: As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 22h30.

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos seus artigos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção de Évora da JSD, para reunir no dia 20 de Dezembro de 2003 (Sábado), pelas 18h00, na Sede Distrital da JSD de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis 48, 2.º andar, em Évora, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1-Informações;
- 2-Balanco de Actividades da CPS e Análise da Situação Política;

3-Eleição dos Delegados da Secção de Évora ao XVII Congresso Nacional da JSD;

- 4-Outros.

NOTA: As listas candidatas deverão ser entregues até às 18h00 do dia 19 de Dezembro de 2003, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Évora (Contactos: G.Figueira@mail.pt / 964396427). As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 20h00.

Processo n.º 17/2003

Em 20.08.2003, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de parecer apresentado pelo Conselho de Jurisdição Distrital de Setúbal.

Reunido no Porto, no dia 12 de Outubro de 2003, em sessão plenária ordinária, onde estiveram presentes os membros Filipa Guadalupe, Pedro Amaral e Almeida, Paulo Cutileiro, Sara Santos Silva, Altino Freitas, Bernardo Azevedo e Márcio Lopes, deliberou, por unanimidade, o CJN/JSD, nos termos do disposto nos arts. 62º, alínea e), dos EN/JSD e do art. 1º, n.º 2, alínea f), do Regulamento Interno do CJN, emitir o seguinte parecer:

PARECER 04/2003

Em síntese, o CJD de Setúbal questiona se os factos provados no âmbito do processo de impugnação n.º 05/2002/B do CJN – Acórdão 02/2003 - podem ser valorados e apreciados no âmbito do processo disciplinar que se encontra em apreciação por aquele CJD relativo a uma participação do companheiro Nuno Matias referente a acções e comportamentos imputados ao companheiro João Bravo.

Antes do mais, importa esclarecer o CJD de Setúbal que este, certamente por lapso, faz referência a um processo e respectivo acórdão que nada têm a haver com os factos relativos ao processo disciplinar movido pelo companheiro Nuno Matias. Certamente que o CJD de Setúbal quereria referir-se ao processo de impugnação n.º 03/2002/B do CJN – Acórdão 01/2003 – relativo à eleição de conselheiros distritais e comissão política da secção de Palmela onde, efectivamente, se apuraram factos respeitantes ao companheiro João Bravo.

Feito este esclarecimento, importa dar parecer sobre a questão suscitada.

Numa primeira análise, dever-se-á ter em conta que os processos de impugnação e os processos disciplinares são processos independentes e autónomos e visam fins distintos, pelo que, muito naturalmente, será diferente a perspectiva com que nos mesmos se faz a valoração dos factos submetidos à apreciação dos julgadores. Atenta a apontada independência e autonomia, seríamos desde logo levados a concluir que os factos aprovados no âmbito de um processo de impugnação não podem ter qualquer relevância no âmbito de um processo disciplinar e vice-versa.

Importa, porém, ir mais longe e verificar o que dispõem a propósito as normas reguladoras do processo disciplinar sobre a questão concreta.

No Regulamento de Disciplina dos Militantes da JSD não existe qualquer norma sobre a situação em apreço. De acordo com o art. 42º do RDM, as normas subsidiárias deste regulamento são as que constam do regulamento de disciplina dos militantes do PSD e na legislação referente aos funcionários civis do Estado *in casu* o disposto no Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, que aprovou o Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

Por sua vez, também o regulamento de disciplina dos militantes do PSD não contém qualquer norma sobre a situação em apreço e remete subsidiariamente para a legislação referente aos funcionários civis do Estado.

O citado Estatuto Disciplinar, aprovado pelo DL 24/84, é igualmente omissivo sobre a matéria, aplicando-se-lhe a título supletivo os princípios e normas reguladoras do direito processual penal (cfr. o art. 35º, n.º 4, do Estatuto Disciplinar).

Ora, em processo penal, vigoram os chamados princípios da imediação e da proibição de valoração de provas os quais traduzem-se essencialmente no seguinte: contacto directo do julgador com a prova; para efeitos de formação da convicção do tribunal só serão válidas a provas produzidas ou examinadas em audiência. Da aplicação prática destes princípios resulta que os factos provados num outro processo terão sempre de ser sujeitos a nova prova ficando esta naturalmente sujeita ao princípio do contraditório.

Deste modo, por força da cadeia remissiva *supra* elencada, são aplicáveis ao caso do parecer os princípios enformadores do processo penal pelo que se deverá concluir que os factos provados no âmbito de um processo de impugnação não assumem relevância no âmbito de um processo disciplinar devendo antes os mesmos ser objecto de nova prova neste processo, com respeito pelo princípio do contraditório.

Em face do exposto, é parecer do CJN que os factos provados num processo de impugnação não assumem relevância no âmbito de um processo disciplinar. Todos os factos integrantes de ilícito disciplinar devem ser objecto dos meios de prova exclusivamente produzidos e examinados em sede do processo disciplinar, com observância do princípio do contraditório

Notifique-se o órgão requerente.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD.

Porto, 12 de Outubro de 2003

A Presidente do CJN/JSD, Filipa Guadalupe

Carlos Coelho defende Schengen mais eficaz mas com salvaguarda dos direitos dos cidadãos



importância dos controlos nas fronteiras externas.

Sabemos bem, acrescentou, que a **livre circulação** no interior do território dos Estados Schengen é uma liberdade que exige como **contrapartida** não apenas o **reforço das fronteiras externas comuns**, mas também o **intercâmbio rápido e eficiente de informações**, no âmbito dos controlos nas fronteiras e da cooperação policial”.

Para Carlos Coelho, “neste contexto, o SIS - Sistema de Informação de Schengen - tem vindo a desempenhar um papel bastante importante, ao qual se pretende dar uma maior relevância com a criação de uma segunda geração do SIS, que foi designado de SIS II.

O SIS actualmente existente, funciona como o sistema de informação conjunto, que permite às autoridades competentes nos Estados Membros, através do processo de inquérito automático, pesquisar e obter alertas respeitantes a pessoas e objectos. O SIS está neste momento operacional para 13 Estados Membros, 2 outros Estados - Islândia e Noruega - e pretende-se que venha, proximamente, a tornar-se parcialmente operacional para o Reino Unido e para a Irlanda”.

Carlos Coelho sublinhou que “o SIS é a maior base de dados na Europa e tem uma função dupla: ao nível da manutenção da ordem pública e da segurança e ao nível da emigração, dando apoio às medidas tendentes a compensar o facto de existir uma livre circulação de pessoas”.

Para Carlos Coelho, “as propostas apresentadas pelo Conselho para a criação da Segunda Geração do SIS pretendem estender a capacidade do sistema e introduzir novas possibilidades a nível técnico e de investigação, beneficiando dos desenvolvimentos mais recentes no campo das tecnologias de informação. O Conselho prevê que possa entrar em funções em 2006. Com a criação deste novo sistema pretende-se **fazer face a 3 grandes questões**:

- **o alargamento** - de modo a poder integrar os novos Estados Membros, para o que é necessário ter a capacidade de integrar mais utilizadores (mais Estados Membros mas, também, novas categorias de utilizadores). Existe já um acordo, no Conselho, de se permitir o acesso de novas autoridades ao SIS (que poderá ser parcial ou total), mas não está estabelecido ainda o elenco dessas autoridades.

- **a evolução** (o sistema actual inclui funções que dizem respeito a 2 categorias de informação - pessoas e objectos. O novo sistema deverá ter a capacidade de aumentar as categorias de dados a serem introduzidos no sistema, novos objectos e funções, bem como a capacidade de processamento dessa informação, a interconexão de alertas, a modificação da duração dos alertas, e ainda o arquivo, a transparência e o possível exame de dados biométricos, nomeadamente, de fotografias e de impressões digitais). Não foi tomada qualquer decisão, pelo Conselho, sobre quais as novas categorias de objectos ou pessoas a incluir.

- **a economia** (tendo em conta o aumento do número de funções e de utilizadores, o sistema deverá ser mais homogéneo, flexível, mais seguro e com uma performance mais elevada, facilmente gerido e com custos controlados)”.

O Deputado social democrata sustentou que, “**com tudo isto, é legítimo que consideremos que não estamos já a falar apenas de uma medida de compensação limitada, introduzida para facilitar a livre circulação das pessoas**. Sabemos que o artº 92 nº1, da Convenção de Schengen, prevê claramente que ‘o SIS deve ser apenas utilizado para fins de controlo de fronteiras e outras operações policiais’, no âmbito da aplicação das disposições desta Convenção no que diz respeito à circulação das pessoas; e por outro lado, o artº 102 (1) prevê que ‘as Partes Contratantes só podem utilizar os dados previstos nos artºs 95 a 100, para os fins enunciados em relação a cada uma das indicações neles referidas’; Não podemos ignorar, porém, que outros pontos de vista têm vindo a ser defendidos. Uma nota da Presidência, de Fevereiro de 2002, defendeu que o SIS pode vir a ser utilizado para ‘fins de informação policial em sentido lato’.

O carácter do SIS sofreu, assim, uma metamorfose, embora de forma imperceptível. **Permanece em aberto a questão de saber qual é que deverá ser exactamente o objectivo do SIS no futuro**, ou como é que poderá ser definido esse ‘sentido lato’ referido pela Presidência. E, na opinião de Carlos Coelho, só quando a pergunta centrada na definição dos objectivos do SIS obtiver uma resposta clara e politicamente aceitável é que o debate sobre temas como as novas funcionalidades ou os novos utilizadores poderão obter uma resposta cabal”.

Para Carlos Coelho, “continuam, assim, em debate propostas tendentes à introdução de:

- novas funcionalidades,
- novos utilizadores,
- da nova arquitectura,
- de novas sinergias (nomeadamente com o Sistema de informação em matéria de vistos),
- de uma nova gestão
- e localização.

O debate destas propostas tem sido algo confuso. As propostas legislativas de carácter formal apenas vêm a luz do dia depois de anos de debates em vários grupos de trabalho do Conselho e apenas depois de se ter chegado a um consenso entre os Estados Membros”.

Carlos Coelho considerou, por outro lado, que “todas estas alterações que se pretendem levar a cabo têm, obviamente, repercussões ao nível da protecção de dados (e da protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos), daí que qualquer decisão que seja tomada deva ser sempre acompanhada dos mais elevados padrões de protecção de dados (nomeadamente os requisitos estipulados pelo artº 118º da Convenção de Schengen), de forma a que se tente sempre encontrar o justo equilíbrio entre a segurança e a liberdade. Os cidadãos devem ser melhor informados sobre o SIS, devem saber que podem aceder e requerer a rectificação dos seus dados pessoais e que, caso o direito de acesso não possa ser respeitado, no todo ou em parte, as pessoas visadas devem ser notificadas do seu direito de recorrer para a autoridade competente”.

Carlos Coelho terminou a sua intervenção manifestando esperança em que este Relatório “contribua para **dar mais transparência à discussão do SIS-II**, para acentuar a necessidade do Parlamento acompanhar o processo, para sublinhar a necessidade da sua **gestão** dever ser **assegurada por organismos comunitários** e para garantir **que a maior eficácia seja sempre acompanhada do desejável e necessário reforço dos sistemas de protecção de dados e salvaguarda dos direitos dos cidadãos”**.

Nesta semana publicamos excertos do comunicado sobre o posicionamento da JSD face à recente iniciativa parlamentar da oposição em torno das salas de injeção assistida, para toxico-dependentes.

Continuamos igualmente a divulgar as actividades das várias estruturas da JSD, salientando a visita oficial do Presidente da JSD aos Açores, a eleição dos órgãos distritais da JSD/Porto e a acção de formação sobre Associativismo no Secundário, promovida pela CPN.

JSD não vota projecto do BE

22/11/2003

Em resposta ao que é veiculado na última edição do semanário “Expresso” «... a JSD, e os seus Deputados não ponderam, sequer, votar favoravelmente o Projecto de Lei do BE, sobre a redução de riscos para a saúde pública nos estabelecimentos prisionais.

Ao contrário do noticiado este Projecto-Lei não vai de encontro ao actual posicionamento da JSD sobre esta matéria. Sendo um facto que alguns pontos já foram defendidos no passado, existem hoje novos dados à altura desconhecidos, como a taxa de infecção em meio prisional (hoje possível devido ao rastreio feito à entrada aos reclusos). (...) Se já dispomos de alguns dados sobre a entrada de droga nas cadeias, porquê não atacar também aqui?

E o tratamento ou as alas livres de drogas? Serão medidas muito importantes para a maioria da população prisional.

Por tudo isto, esta situação leva a que se estudem propostas globais, tendo atenção por exemplo aos mais de setecentos(!!!) pontos do relatório da Provedoria e não apenas a um ou dois. As formas mais simplistas e mediáticas nem sempre são solução!

Não estamos na corrida ao “sound bite”, para ganhar a batalha de quem é o primeiro na comunicação social ter teses feitas sobre polémicas recentes, esse é o papel que alguns que gostam e o fazem com assiduidade.

Não apoiemos um projecto desgarrado que apenas responde ao mediatismo do dia-a-dia.(...)»

Nos Açores:

Presidente da JSD debate actualidade política

Jorge Nuno Sá, a convite da Comissão Política de Ilha (CPI) do Faial e da CPI do Pico, esteve em visita oficial aos Açores.

Chegou ao Faial no dia 14 onde participou, na Horta, numa palestra sobre Sida. A iniciativa contou com as presenças de cerca de 200 alunos dos 10º e 11º anos de escolaridade, e teve como palco a Escola Secundária Geral e Básica da Horta.

Após uma visita ao Parlamento Regional dos Açores, Jorge Nuno teve a oportunidade de se encontrar com dirigentes, militantes e simpatizantes da JSD/Faial, debatendo com eles a actualidade política e trocando impressões sobre o importante trabalho de oposição que a JSD Regional tem levado a cabo.

O líder da CPN viajou em seguida para o Pico onde foi orador numa palestra intitulada “Juventude Açoriana, Perspectivas de Futuro”, com o companheiro José Leal, Presidente da JSD/Açores e Duarte Freitas, Deputado Regional e Presidente da CPI/PSD Pico.

Esta deslocação a terras açorianas terminou nessa noite com um jantar de confraternização com dirigentes e militantes locais.



CPN dá formação sobre Secundário e Associativismo

A Coordenadora Nacional do Ensino Básico e Secundário da CPN/JSD (CNEBS) leva a efeito uma acção de formação sobre Ensino Básico e Secundário e sobre o Associativismo no Secundário.

Esta acção tem lugar no próximo dia 29 de Novembro, em Faro (divulgaremos o programa detalhado oportunamente) e os formadores serão Ana Janine (Vogal da CPN e Presidente da CNEBS) e Luís Nazaré (Membro da CNEBS).

O modelo de formação a apresentar em Faro poderá ser levado a todos os distritos que o solicitem, pelo que a CNEBS/CPN está disponível para agendar futuras acções.

JSD/Porto elege Daniel Figueiro

As eleições distritais da JSD/Porto, realizadas a 7 do corrente, ditaram a designação do companheiro Daniel Figueiro para a liderança da CPD, Telmo Viana para Presidente da Mesa do Conselho Distrital e de Cláudia Babo para a Jurisdição.

A tomada de posse está já marcada para 5 de Dezembro, na Maia, com a presença agendada de Pedro Santana Lopes.

Ao Daniel e restante equipa fazemos votos de bom mandato, o qual começou já com uma reunião com dirigentes da Federação Académica do Porto.



JSD/Portalegre toma posse e homenageia figuras distritais

Os órgãos distritais da JSD/Portalegre, estrutura agora dirigida pela companheira Ana Onofre, tomaram posse no passado dia 22.

A ocasião decorreu num jantar de homenagem a 3 militantes do distrito que muito deram à JSD: Roberto Grilo, João Filipe Jesus e António Miranda, felicitados pelos seus percursos nos órgãos nacionais.

Em representação da CPN, estiveram Ana Zita Gomes e Sérgio Azevedo. O PSD esteve representado pelo companheiro Matos Rosa.

JSD/Beja debruçou-se sobre a Educação



Sexta-Feira dia 21 de Novembro, pelas 21 horas, teve lugar no auditório do IPJ em Beja o Colóquio/Debate “Educação: Que Futuro?” no qual esteve presente o Ministro da Educação David Justino.

Este encontro tinha como objectivo debater o futuro da educação no nosso País e na região sul em particular, com a participação não só de militantes do PSD e da JSD, mas também com várias associações juvenis do Distrito com especial menção para as associações de estudantes.

Ao todo participaram cerca de 70 pessoas, tendo sido a iniciativa de tal modo animada que só terminou pelas 2 da manhã.

CPD/Castelo Branco inicia funções

Será no próximo dia 29 de Novembro o jantar de tomada de posse dos novos órgãos distritais da JSD do distrito de Castelo Branco.

A cerimónia, para a qual os futuros empossados nos convidam, terá lugar na Quinta da Dança (www.quintadadanca.pt), em Castelo Branco pelas 20 horas. Reservas: 962364145 (António Pereira)

1º Jantar de Natal da JSD/Quinta do Conde

Será no próximo dia 13 de Dezembro o iniciar de, esperamos, muitos convívios natalícios desta nova estrutura da JSD: a da Quinta do Conde.

Sintam-se assim convidados para este repasto, para o qual podem confirmar a presença para: 918703367, 933365638 ou 964064637

Gonçalo Capitão em Alcochete



O Deputado da JSD e Vice-Presidente da Bancada Parlamentar do Partido esteve em Alcochete para falar dos “Jovens e a Política”.

Secundado por Bruno Vitorino e Nuno Matias, respectivamente Secretário-Geral Adjunto do PSD e Líder Distrital da JSD, Gonçalo Capitão abordou vários temas da actualidade e deixou uma mensagem de incentivo aos novos dirigentes da JSD.

Esta foi uma iniciativa da CPD/JSD de Setúbal pautada por um ambiente de tertúlia e convívio entre novos militantes e companheiros mais experientes na acção política.

Curtas/Agenda

- JSD/Portimão ataca baixa política:

a CPS-JSD/Portimão acusa responsáveis autárquicos de falta de sentido ético pela não atribuição da Medalha de Serviços Distintos Grau Ouro a Carlos Martins, Secretário de Estado da Saúde, por parte do Conselho Consultivo de Medalhas do Município de Portimão.

- Eleitos os órgãos da JSD/Ovar:

a Comissão Política de Secção da JSD/Ovar e respectiva Mesa do Plenário foram recentemente eleitas sob o projecto “Vamos dar cor ao Concelho”. Ao companheiro Miguel Silva, o Presidente reeleito, e a toda a sua equipa desejamos um bom mandato.

- “Acção Governativa” analisada em Penalva do Castelo:

a distrital da JSD/Viseu realizou a 22 de Novembro em Penalva do Castelo, o Conselho Distrital Extraordinário: “A Acção Governativa Social Democrata”, com a presença de Luís Marques Mendes.

- Magusto da JSD/Ponte de Lima:

a JSD Ponte de Lima organizou no passado dia 15 de Novembro de 2003 um magusto de confraternização. A iniciativa juntou cerca de 150 pessoas no “Monte da Madalena”, que durante a tarde puderam desfrutar de uma das nossas mais belas paisagens.

- JSD/Monchique critica métodos “previsíveis”:

em comunicado em forma de *cartoon*, a secção de Monchique envia uma crítica mordaz aos concursos para a Câmara Municipal de Monchique, que, no entender dos dirigentes locais, apresentam um final demasiado previsível! Esta é mais uma iniciativa da JSD, que não enjeita o seu papel na oposição ao poder socialista naquele concelho.

Durão Barroso apresentou a biografia de Sir Thomas More intelectual, estadista, escritor e Santo Padroeiro dos políticos

No passado dia 19, foi apresentada no Palácio da Ajuda, a biografia de Sir Thomas More, chanceler de Henrique VIII, da Inglaterra. O Primeiro-Ministro, Durão Barroso, fez a apresentação da obra, na presença do autor, Peter Ackroyd.

Durão Barroso enalteceu a figura de Thomas More como exemplo e “fonte de inspiração” para todos os políticos. Sir Thomas More, nascido em 1478, foi acabaria por ser decapitado em 1535, por não ter aceite prestar juramento ao Acto de Sucessão, que declarava nulo o casamento de Henrique com Catarina de Aragão, válido o enlace com Ana Bolena e repudiava a supremacia papal. More acabaria por ser canonizado e proclamado santo padroeiro dos políticos, “é fonte de inspiração para todos aqueles que têm que tomar decisões difíceis que o Mundo põe em causa”, disse Durão Barroso

Além de político, More fez também, como ontem lembrou Durão, “parte do mais brilhante círculo do pensamento humanista”, tendo ligações a Erasmo de Roterdão e a Damião de Góis.

Na sua obra mais conhecida, a “Utopia”, More usa a ficção, em que se misturam personagens reais e imaginadas, para fazer uma sátira ao mundo do seu tempo, que acaba por ser uma reflexão intemporal sobre os modos de governo.

“Para mim é um exercício de suprema ironia”, disse ontem o primeiro-ministro, numa sala onde se encontravam mais de metade do seu Governo, o cardeal-patriarca de Lisboa, o presidente do Parlamento, o procurador-geral da República e o presidente do Tribunal Constitucional, entre outros.

Do político, Durão enalteceu a “ética da convicção”, a capacidade de “com o sacrifício da própria vida [ter] conseguido afirmar o primado da consciência e um radical entendimento da noção de legitimidade”. E também a cultura e a inteligência: “num tempo marcado pelo populismo mediático é bom ver o exemplo de Thomas More, que era um dos homens mais cultos do seu tempo”.

O Primeiro-Ministro salientou ainda o papel de



homens como Thomas More na definição da identidade europeia. “No momento em que, a propósito do projecto de Constituição europeia tanto se discute a questão da referência à herança cultural cristã e por vezes se tende a esquecer o insubstituível papel do cristianismo na formação desta nossa identidade, o nome de Thomas More pode e deve ser lembrado quando demonstramos que hoje não tem sentido contrapor cristianismo e humanismo”, disse Durão Barroso, concluindo que “Portugal, fiel à ideia universalista, que é do melhor na sua tradição nacional, pode e deve receber o exemplo de Thomas More como seu”.

O autor do livro agradeceu o facto honroso de

ter o Primeiro-Ministro a apresentar a sua obra em Portugal, cinco anos depois da versão original inglesa.

“Isto não me aconteceu em Inglaterra. Talvez Durão Barroso tenha mais sentido da história do que Tony Blair”, disse Peter Ackroyd.

Uma frase do Primeiro-Ministro português, marcou com uma nota de bom humor esta ocasião cultural, que bem merece destaque: *«É verdade que hoje em dia não nos cortam a cabeça, mas será certamente por falta de enquadramento legal, porque a pedem de vez em quando»*. – **Fonte: Lusa, “Público”**

Revista de Imprensa

Luta de classes

Temos diante dos olhos um paradoxo surpreendente. Estamos em crise e isso naturalmente gera protestos e lamentos. Mas quem reclama não são os pobres, os necessitados, os vencidos da tradicional luta de classes. São antes os transportes, estudantes, hospitais e os mais variados grupos de interesse. Porquê? É que hoje o conflito clássico desapareceu. A verdadeira luta é um combate entre os que se julgam com direito ao dinheiro dos outros e os outros. A velha luta de classes não tinha, de facto, justificação. No processo produtivo, capitalistas e trabalhadores não são, na sua natureza, adversários na divisão de um bolo comum, mas parceiros no processo de o aumentar. Existem ocasiões de confronto distributivo, mas são secundárias e acidentais. Por isso essa contenda nunca teve a importância que alguns lhe queriam conceder. Mas existe um campo onde os participantes partilham um recurso escasso, num aflitivo «jogo das cadeiras»: o debate orçamental. À medida que o peso das finanças públicas cresceu nos países desenvolvidos, esta nova luta de classes tornou-se um embate formidável.

Os exemplos recentes são muitos e variados. Um dos mais evidentes está nas greves dos transportes públicos de passageiros. Nacionalizado ou fortemente regulamentado, o sector sempre viveu, de uma maneira ou de outra, à sombra do Orçamento. Por isso, os seus trabalhadores adquiriram hábitos de funcionários. Mas com uma força muito especial, o poder de prejudicar os pobres. Uma greve de transportes afecta fortemente quem não tem veículo próprio e só anda de camioneta ou autocarro. Por isso, essas paralisações, mesmo que disfarçadas de «justas lutas de trabalhadores», são afinal uma forma de uma classe privilegiada oprimir o povo desfavorecido. Há muitos outros casos, como nas propinas, autarquias, portagens, agricultura, artistas. Em todos se ouvem os malabarismos intelectuais mais criativos para se fazerem passar por proletários em luta por direitos fundamentais. A verdade, simplesmente, é que esses sectores se acham com direito ao dinheiro dos outros. - DN, 24/11

